

Projeto PNUD/BRA/91/014 - BIRD 2727 - BR "Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas em Política Agrícola".

**MERCOSUL: Base de Dados da
Integração Agrícola e Agroindustrial -
Relatório Final**

Enid Rocha Andrade da Silva. Coord.

Junho de 1993

PRESIDENTE

Antonio Nilson Craveiro Holanda

DIRETOR EXECUTIVO

Pérsio Marco Antônio Davison

DIRETORA DO PROJETO PNUD/BRA/91/014

Adelina Teixeira Baêna Paiva

Pesquisa - "MERCOSUL: Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial"

Coordenação

Enid Rocha Andrade da Silva

O Projeto PNUD/BRA/91/014 "Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas em Política Agrícola" é financiado com recursos do empréstimo do Banco Mundial (2727-BR-Parte C) que tem como órgão gestor o Ministério da Fazenda, através da Comissão Técnica do Empréstimo 2727-BR e como órgão executor o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Sumário

1 - Apresentação

**2 - Documentos que compõem a Base de Dados
"MERCOSUL: Base de Dados da Integração
Agrícola e Agroindustrial"**

3 - Diagnósticos Setoriais

MERCOSUL: Base de Dados da Integração
Agrícola e Agroindustrial.

Enid Rocha Andrade da Silva, Coord. *

Tereza Norma Silveira da Cruz *

José Fábio Braga Mendonça **

Maria Helena Bourghinhon dos Santos **

Rosevelt Tomé Silva Filho ***

* Da CPSe/IPEA.

** Contratado pelo Projeto PNUD/BRA/91/014 -
BIRD 2727 BR.

*** Estagiário PNUD/BRA/91/014/ BIRD 2727
BR.

A equipe agradece o auxílio de Reginaldo
Rezende e Constantino Soares Souto na
obtenção dos documentos disponíveis na então
Secretaria de Indústria e Comércio e
Secretaria Nacional de Política Agrícola,
respectivamente.

MERCOSUL: Base de Dados da Integração agrícola e Agroindustrial

1 - Apresentação

O período de transição para a formação do MERCADO COMUM do SUL - MERCOSUL, que se iniciou com a assinatura do Tratado de Assunção em 26/3/1991 e se estenderá até 31/12/1994, vem permitindo a formação de um acervo relativamente extenso de informações agrícolas e agroindustriais provenientes das mais diferentes fontes dos quatro países que compõem o MERCOSUL: órgãos governamentais, organismos internacionais, instituições de pesquisas e associações privadas. Estas informações, no entanto, encontram-se desorganizadas e localizadas em instituições diferentes, impedindo sua utilização para elaboração de estudos e propostas que possam subsidiar o processo de negociação da integração do MERCOSUL.

O interesse no desenvolvimento de um sistema de informações para o diagnóstico, acompanhamento e avaliação dos impactos da integração sobre a agricultura e agroindústria no Brasil foi manifestado ainda no início dos trabalhos do Subgrupo Técnico nº 8 quando, em fevereiro de 1991, em reunião quadripartite ocorrida em Montevideo, a delegação brasileira apresentou proposta de formação de um Sistema Comum de Informações. Esse Sistema funcionaria como núcleo de concentração dos dados relacionados ao complexo agroindustrial regional. No entanto, a ausência de critérios para o

desenvolvimento do projeto, somado à complexidade operacional exigida para a implantação do sistema, conduziram ao esvaziamento da proposta.

De outro lado, a Fundação Centro de Estudo em Comércio Exterior (FUNCEX) iniciou a formulação do Sistema de Apoio às Negociações no Âmbito do MERCOSUL (SIANAMS) que é composto por 13 blocos de informações, abrangendo temas como comércio, produção, investimentos, preços, taxas de câmbio, tarifas aduaneiras, finanças públicas, mercado financeiro, mercado de trabalho e demografia. O SIANAMS representou um avanço no tratamento da informação no MERCOSUL, na medida em que adotou um critério sistêmico de relação e agrupamento das estatísticas macroeconômicas disponíveis. No entanto, os principais problemas dessa base de dados são o elevado nível de agregação das informações e a sistemática adotada para a atualização das mesmas, que tem sido realizada através de publicações e contatos pessoais, não existindo qualquer sistematização, nem um canal formal para obtenção dos dados.

Ainda com o objetivo de suprir o processo de integração do MERCOSUL de informações sistematizadas, cita-se o Banco de Dados do Itamaraty, que contempla o conjunto da documentação institucional relativa aos órgãos políticos e técnicos do MERCOSUL e o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - CEDEP, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que foi criado com o objetivo de construir, organizar e divulgar o acervo de documentos e informações bibliográficas sobre as relações entre

os países platinos e da região com o mundo.

A base de dados aqui apresentada, "MERCOSUL: Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial" nasceu dentro da proposta básica de constituição de um Sistema de Informações para subsidiar os grupos negociadores do MERCOSUL na área de política agrícola e agroindustrial.

Neste sentido seu objetivo foi reunir as informações técnicas existentes, no âmbito do Subgrupo Técnico nº 8 - Política Agrícola e nas Câmaras Setoriais da Agroindústria, resgatando os diagnósticos aí desenvolvidos. Adicionalmente, esta Base de Dados incorporou estudos e notas técnicas de outras instituições e associações privadas, envolvidas no processo de integração.

1.2 - Metodologia Utilizada

O desenvolvimento da base de dados "MERCOSUL: Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial", envolveu as seguintes etapas:

a - Localização, seleção e organização: constituiu-se na seleção e triagem dos documentos existentes e posterior catalogação bibliográfica, seguindo normas já adotadas pelo IPEA que utiliza o sistema "Gerenciador Integrado de Biblioteca" - GIBI.

b - Análise dos documentos: o material triado e selecionado na etapa anterior foi analisado e em seguida foi sintetizado na forma de resumos indicativos, conforme normas da Associação Brasileira

de Normas Técnicas - ABNT.

c - Resumos Técnicos: elaborou-se resumos técnicos de cada documento. Esses resumos priorizaram as seguintes informações: Tema central do trabalho; dados quantitativos e qualitativos relevantes e recomendações de política econômica contidas no documento.

d - Relatório Final - nesta etapa foram realizados os seguintes produtos:

1 - Tabelas sistematizadas contendo a catalogação de todo acervo da Base de Dados, dividido por tipo de produto e ou complexo e temas variados denominado "MERCOSUL Geral"; (ver tabela da sessão 2 desse documento)

2 - Elaboração de diagnósticos de setores utilizando-se as informações da Base de Dados (soja, trigo, setor lácteo uva/vinho, pêssego e alho/cebola);

3 - Elaboração e divulgação de Catálogo Bibliográfico dos documentos que compõem a Base de Dados.

1.3 - Resultados

"MERCOSUL: Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial" contempla, no momento, 124 documentos (tabelas, seção 2) que estão disponíveis na biblioteca do IPEA/Brasília.

Além disso, encontram-se, também prontos, 124 resumos técnicos que serão, posteriormente, divulgados através de algum canal de comunicação computadorizado.

1.4 - Principais Problemas Enfrentados

Os principais problemas enfrentados à constituição da Base de Dados concentraram-se na etapa de triagem e catalogação dos documentos.

A grande maioria dos documentos não continha especificação do tipo: autor, título, data e local da elaboração. Este fato fez com que muitos documentos, considerados relevantes pela equipe, fizessem parte da base de dados, mesmo sem especificação. Por outro lado, sempre que alguma pista permitísse, esses documentos passavam a ser identificados como de autoria do Sub-Grupo nº 8 do MERCOSUL.

Entende-se que muitos desses documentos foram frutos de resultados e conclusões de reuniões setoriais quadripartites onde a pressa e o sintetismo são mais importantes do que a identificação do documento. No entanto, é de total relevância que as instituições e pessoas envolvidas com o processo de integração, se conscientizem de que todas as informações e dados gerados durante esse processo são de alguma maneira úteis, quer como subsídio para futuras decisões dos grupos negociadores, ou quer para constituição da memória do MERCOSUL.

2 - Relação dos Documentos que Compõem a Base Dados "MERCOSUL: Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial"

Nesta seção são apresentados os documentos que compõem a "Base de Dados". Os mesmos são apresentados com seus respectivos conteúdos e referência bibliográfica e encontram-se divididos da seguinte maneira:

- a) Complexo Protéico - Animal, que compreende os estudos e notas técnicas que tratam do complexo cárnico (suínos, bovinos, aves/ovos e pescados) e complexo lácteo (leite e derivados);
- b) Complexo Grãos, que compreende basicamente os estudos de soja, milho e trigo no MERCOSUL;
- c) Horticultura;
- d) Complexo Frutas;
- e) Complexo Sucro-Alcooleiro;
- f) Outros Produtos, este grupo abarca aqueles produtos não considerados pelos anteriores; é o caso do café, tabaco, cacau, entre outros.
- g) GERAL MERCOSUL, este último grupo engloba todos aqueles estudos e notas técnicas que tratam de aspectos mais gerais do MERCOSUL, parte agrícola e agroindustrial.

NOME DO TRABALHO	COMPLEXO: PROTÉICO - ANIMAL					
	CONTEUDO	BR	ARG	PR	UR	MERCOSUL
A INDÚSTRIA DE CARNE DE FRANGO NO BRASIL (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO - ABIA, 1991) MERC - 005/93	- Principais regiões produtoras; - Produção em escala econômica; - Acesso a matéria prima; - Consumo e preço; - Mercado externo.	X				
CARNE DE FRANGO - ESTUDO SETORIAL (BRASIL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO, 1991) MERC - 003/93	- Situação do produto no mercado mundial - produção; consumo; comercialização; exportação; competitividade e perspectivas.	X				
AVICULTURA (UNIAO BRASILEIRA DE AVICULTURA - UBA, 1989) MERC - 007/93	- Histórico do setor; - Atividade do setor; - Produção de carne e ovos; - Consumo de carne e ovos; - Importação e exportação de materiais genéticos; - Exportação; - Comercialização;	X				
COMPLEXO CARNICO - INFORME PRELIMINAR - (ARGENTINA - SECRETARIA AGRICULTURA, 1992) MERC - 009/93	- Vendas de gado na Argentina; - Comercialização atacadista; - Comercialização varejista; - Dados estatísticos.	X	X	X	X	X
DIAGNÓSTICO DO SETOR PESQUEIRO NO BRASIL (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - MARA, CONSELHO NACIONAL DE PESCA, 1992) MERC - 113/93	- História e situação atual; - Potencialidades, pesquisas e zonas de produção; - Captação de recursos (situação atual das principais pesquisas em exploração pela pesca industrial; Infra-estrutura de apoio; - Indústrias - Custo de produção dos insumos básicos; - Comercialização; - Papel do Estado (órgãos envolvidos no processo); - Impacto da integração do MERCOSUL; - Recomendações e propostas	X				X
PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS REGIONAIS DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DE LEITE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - MARA, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 1991) MERC - 112/93	- Importância da pecuária leiteira (valor da produção do leite em relação a produção animal do país; preço; controle; características nutricionais; fluxo de renda gerado); - Estratégias de ação para elaboração da planilha de leite; - Recursos para implantação das atividades; - Prazo de execução; - Resultados esperados.	X				
EL COMPLEJO LÁCTEO (ARGENTINA, DIRECCIÓN DE ECONOMIA AGRÁRIA Y ASUNTOS INTERNACIONALES, 1991) MERC - 101/93	- Principais zonas produtoras; - Caracterização do mercado interno - nível tecnológico; - Estratégias de comercialização empresarial; - Política de preços; - Mercado internacional.		X			
O SETOR LEITEIRO A INTERVENÇÃO DO ESTADO E O MERCOSUL: ANÁLISE, PROPOSTA DE ESTRATÉGIA POLÍTICA; RELATÓRIO FINAL (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE LEITE B - ABPLB, 1992) MERC - 042/93	- Intervenção do Estado no Setor Leiteiro: taxa de proteção nominal; taxa de proteção efetiva; custo dos recursos domésticos; - Dados comparativos de custos de produção e distribuição do Brasil e Argentina: impostos; tarifas; prazos; recomendações de políticas.	X	X			X

(cont.)

		COMPLEXO: PROTÉICO - ANIMAL				
<p>COMPETITIVIDAD DE LA INDUSTRIA PRODUCTORA DE LÁCTEOS Y DERIVADOS - VERSION PRELIMINAR (SECRETARIA DE PLANIFICACIÓN - ARGENTINA, 1991)</p> <p>MERC - 058/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Situação da Indústria Argentina de Látex e Derivados e seu Potencial no MERCOSUL; - Análise da Competitividade Argentina no Comércio Exterior; - Comparação com o Mercado Uruguaio; - Análise da produção primária e da indústria Argentina (organização dos produtores; difusão de técnicas; comercialização da produção; distribuição em derivados de leite, características dos estabelecimentos; regiões produtoras na Argentina; apoio do setor público; tecnologia empregada; principais indústrias; (dados estatísticos); - Tendências do setor. 		X	X		X
<p>LA INDUSTRIA LECHERA EN LATINOAMERICA Y CARIBE Y SUS PERSPECTIVAS (ALDO, A.I. - BARRA GARCIA S.N, 1991)</p> <p>MERC - 057/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Situação atual da produção e consumo de leite nos países latino-americanos; - Limitações para produção; - Recomendações. 	X	X	X	X	X
<p>CARACTERIZAÇÃO DO SETOR LÁCTEO DA ARGENTINA: ALGUMAS COMPARAÇÕES COM O BRASIL (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE LEITE B - ABPLB, 1991)</p> <p>MERC - 018/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de Leite Brasil e Argentina; - Principais características do setor lácteo do Brasil e Argentina; - Dados estatísticos. 	X	X			X
<p>INTEGRACIÓN REGIONAL POR PRODUCTOS EL CASO DE LA LECHE Y DERIVADOS (ALADI - SECRETARIA GERAL ADJUNTA MONTEVIDEO, 1989)</p> <p>MERC - 074/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Situação e perspectivas dos produtos lácteos no mundo. (produção; mercado; demanda; subsídios; variações cambiais; importações); - Características gerais do mercado regional - ALADI posição no co-mércio mundial; comércio regional: evolução do comércio; importação); - integração (sugestões de integração regional econômica; formação de mercado; harmonização de políticas cambiais); - Viabilidade de negociação (mercado mundial: produtores eficientes; complementaridade; troca de experiência regional); - Recomendações. 				X	
<p>CUSTO DE PRODUCCIÓN DE UNA EXPLORACIÓN PORCINA (PARAGUAI, ASOCIACIÓN PARAGUAIA DE CRIADORES DE CERDOS, 1991)</p> <p>MERC - 085/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Custo de produção de suínos para 3 tipos de tamanho: 			X		
<p>UNIDAD DEMONSTRATIVA AGRÍCOLA PORCINA: RESULTADOS TÉCNICOS ECONOMICOS 1989/90 (ARGENTINA, ESTACIÓN EXPERIMENTAL AGROPECUÁRIA MARCOS JUAREZ - CÓRDOBA, 1990)</p> <p>MERC - 095/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Síntese de resultados de produtividade, rentabilidade de produção que integra agricultura com criação de suínos. 		X			

NOME DO TRABALHO	COMPLEXO: GRÃOS					
	CONTEÚDO	BR	ARG	PR	UR	MERCOSUL
A INTEGRAÇÃO BRASIL - ARGENTINA E A PRODUÇÃO DE GRÃOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1989) MERC - 122/93	- Avaliação dos efeitos da integração entre Brasil e Argentina sobre a produção de trigo, milho, soja, e arroz; - Metodologia para estimativa de custo de produção dos grãos e análise; - Recomendações para atenuar os impactos negativos da integração sobre a produção brasileira.	X	X			
TECNOLOGIA, CUSTOS E COMPETITIVIDADE NO MERCOSUL: O CASO DO TRIGO, SOJA, MILHO E ARROZ (PROJETO MERCOSUL) - (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1992) MERC - 071/93	- Aspectos teóricos sobre competitividade e custos; - Análise comparativa dos custos de produção de grãos entre os quatro países do Mercosul; - Estatísticas gerais sobre trigo, soja, milho e arroz; - Avaliação de custos, tecnologia e competitividade desses produtos.	X	X	X	X	X
ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE OLEAGINOSOS DO MERCOSUL (GRUPO DE OLEAGINOSOS DO MERCOSUL, 1991) MERC - 030/93	- Estruturas de custos de produção de soja; (PR, SP; e SC e algodão (PR e SP); - Incidência Tributária sobre os custos.	X				
A SOJA NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E OS PROBLEMAS ATUAIS (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREJAS - ANEC, 1990) MERC - 006/93	- Obstáculos à expansão da produção e exportação de soja e derivados na década de 80; - Evolução da produção de 60 a 80; - Perspectivas para os anos 90.	X				
MERCOSUL: ASPECTOS DOS COMPLEXOS DE OLEAGINOSOS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE OLEOS VEGETAIS - ABIOVE, 1992) MERC - 050/93	- Aspectos da produção de soja; - Incentivo tributário ao complexo soja; - Conseqüências do diferencial tributário para o Brasil adotado pela Argentina.	X	X	X		
COMPLEXO SOJA: SITUAÇÃO DO BRASIL NO MERCOSUL (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE OLEOS VEGETAIS - ABIOVE, 1992) MERC - 001/93	- Situação atual da produção, industrialização e comercialização do complexo soja; - Recomendações para superar as desvantagens do complexo soja; do Brasil em relação a Argentina.	X	X	X		
COMPLEXO SOJA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE OLEOS VEGETAIS - ABIOVE, 1992) MERC - 014/93	- Evolução da produção, exportação e importação, processamento industrial e consumo mundial; - Evolução da exportação brasileira (por país de destino); - Análise da incidência tributária sobre o complexo soja.	X	X			X
DIAGNÓSTICO DA SOJA - MERCOSUL. (S.N, 1991) MERC - 082/93	- Análise da cadeia produtiva da soja; - Identifica fatores responsáveis pelo atual nível de desempenho da cadeia desse produto; - Vantagens comparativas e competitividade (comparativos de custos BR/ARG/EUA.	X				X

(cont.)

		COMPLEXO: GRÃOS							
MERCOSUL - COMPLEXO OLEOGINOSO (ARGENTINA, SUBGRUPO Nº 8, 1992)	MERC - 084/93	- Aspectos da produção agrícola e industrial das oleaginosas: soja, girassol, amendoim e linho; - Síntese da produção, capacidade industrial instalada do MERCOSUL; - Comparativo de custos de produção; - Avaliação do comércio regional e perspectivas para o complexo de oleaginosas.		X					X
DESCRIPCIONES DE LAS POLITICAS DE TRIGO EN EL URUGUAY (SUBGRUPO Nº 8 - Política Agrícola, 1992)	MERC - 037/93	- Política relativas ao trigo: comércio exterior, crédito rural comercialização e etc; - Instituições responsáveis pela política do trigo.					X		
POLITICA DEL COMPLEJO TRIGO - HARINA GALLETINAS (SUBGRUPO Nº 8 - POLITICA AGRICOLA)	MERC - 002/93	- Política relativas ao complexo do trigo da Argentina (comércio exterior, preços, crédito, comercialização, tecnologia e tributação)		X					
SUBSÍDIOS TECNICOS AO SUBGRUPO Nº 8 MERCOSUL - DIAGNÓSTICO DO TRIGO (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CNA, 1991)	MERC - 072/93	- Evolução histórica da triticultura; - Análise da Agroindústria do trigo; - Distribuição espacial da produção, industrialização e consumo; - Avaliação do impacto da integração econômica MERCOSUL; - Análise de custo e preços; - Recomendações e prognóstico do setor.	X	X					X
POLITICA DE TRIGO (SUBGRUPO Nº 8 DELEGAÇÃO PARAGUAI, 1992)	MERC - 026/93	- Síntese das políticas paraguaias para o trigo; - Legislação pertinente às políticas.					X		
LAS POLÍTICAS VINCULADAS AL CULTIVO DE TRIGO (URUGUAI,S.N, 1992)	MERC - 090/93	- Política Governamental Uruguiaia adotada para o trigo; - Estatísticas sobre o complexo trigo; - Custo de produção agrícola e industrial.						X	
SECTOR TRIGUEIRO - SUBGRUPO Nº 8 DELEGAÇÃO ARGENTINA, 1991	MERC - 108/93	- Informações Estatísticas do complexo do trigo argentino (80/91): produção por província; Balanço oferta e demanda; Exportações; - Custo de elaboração da farinha de trigo e estimativa do preço interno de farinha de trigo; - Análise da tendência das atuais economias industrialmente desenvolvidas; - Impacto do acordo Brasil/Argentina sobre a produção nacional de trigo; - Impacto da integração na economia paranaense; - Acordos e protocolos assinados entre Brasil e Argentina; - Relação de moinhos, capacidade instalada e distribuição de cota de trigo no Brasil; - Empresas e grupos econômicos da indústria de massas e biscoitos; - Recomendações.	X	X					X

(cont.)

		COMPLEXO: GRÃOS				
CUSTO DE PRODUÇÃO DE ARROZ - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA - SANTA CATARINA, 1991 MERC - 109/93	- Aspectos da cultura de arroz no Estado de Santa Catarina; - Custo de produção de arroz irrigado.	X				X
ACORDOS BRASIL-ARGENTINA GRUPOS DE INTERESSE E IMPACTOS NO COMPLEXO DO TRIGO NACIONAL (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, 1989) MERC - 024/93	- Análise do Impacto da Integração Brasil / Argentina na Tríicultura Nacional; - Identificação dos interesses das diversas capitais do complexo do trigo frente aos protocolos de integração (Brasil e Argentina); - Recomendações.	X				X
POLÍTICA RELATIVAS AO AÇUCAR E TRIGO (S.N, 1992) MERC - 029/93	- Política relativas ao açúcar e trigo - Argentina, Paraguai e Uruguai.		X	X	X	X
ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA INCIDENTE SOBRE UMA LAVOURA DE 600HA DE SOJA - ARROZ E MILHO - (KASPER & CIA LTDA, 1991) MERC - 044/93	- Critérios para o cálculo da carga tributária incidente na agricultura, especialmente na região Centro-Oeste (arroz, soja e milho); - Planilha de cálculo dos impostos.	X				
COMPLEXO SOJA (DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, 1991) MERC - 070/93	- Surgimento da soja no Brasil; - Problemas enfrentados; - Situação brasileira; - Exportação.	X				
TRIGO - MERCOSUL: HARMONIZAÇÃO DE POLÍTICA VISANDO A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL - OCB, 1993) MERC - 103/93	- Análise sucinta da produção e preço do trigo no Brasil e no mercado internacional; - Incidência do ICMS e recomendações para a integração no MERCOSUL.	X				X
O SETOR DE OLEOS VEGETAIS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE OLEOS VEGETAIS - ABIOVE, 1990) MERC - 107/93	- Principais aspectos do setor; - Sugestões para subsidiar políticas; - Informações sobre produção da soja.	X				X

HORTICULTURA						
NOME DO TRABALHO	CONTEÚDO	BR	ARG	PR	UR	MERCOSUL
PROPOSTA DO SETOR DE ALHO PARA INTEGRAÇÃO MERCOSUL (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE ALHO, 1992) MERC - 035/93	- Aspectos da produção; - Proposta do setor para o MERCOSUL.	X				X
ECONOMIA DEL AJO Y LA CEBOLLA EN EL CONTEXTO DEL MERCOSUR (SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA - ARGENTINA, 1992) MERC - 051/93	- Características do setor de alho e da cebola (produção, comercialização interna e externa e custos de produção); - Análise comparativa do setor de alho e cebola da Argentina e do Brasil - Estrutura comparativa de custo de produção de alho e cebola.			X		
CULTIVO DEL AJO (PARAGUAI, S.N, 1991) MERC - 088/93	- Custos de Produção; - Orientações para cultivo do alho no país.			X		
DIAGNÓSTICO DA CULTURA DO ALHO NO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL (S.N, 1992) MERC - 087/93	- Análise sintética da cultura do produto no Rio Grande do Sul; - Informações de custos de produção e preços recebidos pelos produtores de Caxias do Sul (89/90 a 91/92).	X				
SITUACION DEL AJO Y LA CEBOLLA (SUBGRUPO Nº 8 DELEGACIÓN URUGUAYA, 1991) MERC - 038/93	- Características da Produção de alho e cebola no Uruguai; - Principais Políticas vigentes; - Técnicas de cultivo; - Custos de Produção.				X	X
DIAGNÓSTICO DA CEBOLA - VERSÃO PRELIMINAR - (S.N, 1991) MERC - 023/93	- Produção Mundial e Brasileira de cebola; - Comercialização interna e externa de cebola nacional e consumo; - Análise comparativa do custo de comercialização de cebola de Santa Catarina e importada; - Política agrícola para o setor; - Impacto do Mercosul na produção de cebola brasileira; - Recomendações para proporcionar condições equalitárias de competitividade com os produtores argentinos; área de pesquisa e governo.	X		X		X
MERCOSUL: CUSTO DE PRODUÇÃO DE BATATA (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - EPAGRI, 1991) MERC - 034/93	- Características da cultura da batata no Estado de Santa Catarina; - Custo de produção; - Incidência de impostos na produção de batata; - Análise da produção e comércio exterior da batata.	X				X
INFORME PRELIMINAR DE PAPA (ARGENTINA DIRECIÓN DE ECONOMIA AGRÁRIA - ASSUNTOS INTERNACIONALES, 1992) MERC - 041/93	- Características da Produção, comercialização e industrialização; - Custos de Produção de batata no MERCOSUL; - Aspectos gerais da Produção de batata-semente na Argentina.					X

(cont.)

HORTICULTURA					
INFORME PRELIMINAR DE TOMATE (ARGENTINA - SECRETARIA DE AGRICULTURA Y PESCA, 1992) MERC - 061/93	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos gerais da Produção de tomate; - Informes estatísticos de comércio Exterior produção e consumo. 		X		X
DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO SETOR TOMATEIRO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO - ABIA, 1991) MERC - 091/93	<ul style="list-style-type: none"> - Características das indústrias do setor; - Condições para monitoramento dos preços de extrato de tomate; - Compromissos assumidos pelas indústrias junto ao Governo para reclassificação do produto na categoria de monitorado 	X			
INFORME PRELIMINAR DE PIMENTA (SECRETARIA DE AGRICULTURA GANADERIA Y PESCA, DIRECIÓN DE ECONOMIA AGRÁRIA Y ASUNTOS INTERNACIONALES, 1991) MERC - 046/93	<ul style="list-style-type: none"> - Produção e comércio exterior de pimentão a nível mundial e no MERCOSUL; - Cultura do pimentão na Argentina (variedade, utilização, época e zona de produção); - Custo de produção do pimentão. 	X	X		X
DIAGNÓSTICO DE QUALIDADE E PRODUTI- VIDADE DE HORTIFRUTI (S.N, 1992) MERC - 064/93	<ul style="list-style-type: none"> - Produção "in natura" - frutícolas, olerícolas e ornamentais - qualidade e produtividade. 	X			X
ALHO - DIAGNÓSTICO: VERSÃO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO (S.N, 1990) MERC - 098/93	<ul style="list-style-type: none"> - Produção mundial; - Produção nacional; - Comparação de custos entre Brasil e Argentina. 	X			X

COMPLEXO: FRUTAS						
NOME DO TRABALHO	CONTEUDO	BR	ARG	PR	UR	MERCOSUL
ESTUDO DE CUSTO DE PRODUÇÃO DA UVA COMUM: SAFRA 90/91 - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL MERC - 004/93	- Estimativa do custo de produção; - Área de abrangência da pesquisa; - Metodologia (coeficientes técnicos; levantamento de preços de equipamentos e insumos; mão-de-obra); - Custos variáveis; custos fixos; produtividade.	X				
COMERCIALIZAÇÃO DA UVA DE MESA (S.N. 1992) MERC - 020/93	- Características; - Demanda (consumo); - Espécies cultivadas no Brasil; - Área e produção; - Mercado; - Estimativa de custo de produção.	X				
DIAGNÓSTICO DO SETOR VITIVINICOLA: A AGROINDÚSTRIA DO VINHO - (UNIÃO BRASILEIRA DE VITIVINICULTURA UVIBRA - 1991) MERC - 092/93	- Implicações com o MERCOSUL; - Custos (comparativos entre Brasil e Argentina); - Produção, área; - Legislação; - Sistema de distribuição.	X	X			X
FORMAÇÃO DO PREÇO DE CUSTO DO VINHO (UNIÃO BRASILEIRA DE VITIVINICULTURA - UVIBRA 1991) MERC - 100/93	- Composição do custo com tributação e sem tributação para o vinho comum e vinho fino brasileiro.	X				
PERFIL DA BANANICULTURA BRASILEIRA - (ASSOCIAÇÃO DE BANANICULTURA DE REGISTRO - 1992) MERC - 056/93	- Produção: Zonas produtoras; Espécies; Características do sistema de produção; - Formas de comercialização no mercado Interno e Externo; - Tecnologia: Investimentos no setor; Propostas para o MERCOSUL.	X				X
INFORMAÇÕES SOBRE A CITRICULTURA DE SANTA CATARINA (S.N. Itajaí, 1961) MERC - 105/93	- Produção; Principais cultivares; características; área; custos de produção para o pequeno e grande produtor.	X				
ESTUDOS SETORIAIS SOBRE AGRO-INDÚSTRIA - CÍTRICOS (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI - 1989) MERC - 119/93	- Histórico - Laranja; - Exportação de suco de laranja.	X				
I.A. ATIVIDAD CÍTRICOLA ARGENTINA (ARGENTINA FEDERACIÓN ARGENTINA DEL CITRUS - FEDERCITRUS, 1992) MERC - 121/93	- Produção da Argentina (dos principais cultivares); - Participação nas exportações; - Importância no Mercosul; - Importância na Argentina; - Mercado interno; - Mercado externo; - Industrialização; - Dados estatísticos.		X			X
ABACAXI (S.N - 1992) MERC - 033/93	- Características (clima, variedades, regiões); - Mercado nacional; - Mercado externo; - Área de produção.	X				
COMERCIALIZAÇÃO DA MANGA (S.N GP FRUTAS, 1992) MERC - 060/93	- Características; - Mercado nacional (consumo e potencial de consumo por estado brasileiro).	X				

(cont.)

COMPLEXO: FRUTAS						
PROGRAMA DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DA MAÇÃ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE MAÇÃ, ABPM, 1992) MERC - 094/93	- Programa de Pesquisas a serem realizadas de 1992 a 1995.	X				
NORMAS DE QUALIDADE PARA MAÇÃS (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA - 1992) MERC - 096/93	- Requerimentos mínimos; - Critério de classificação; - Determinação sobre tolerância; - Determinação sobre apresentação; - Determinação sobre comercialização; - Determinação sobre o tamanho; - Defensivos agrícolas para uso comum na área do Mercosul.	X				X
SUB-PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DA MAÇÃ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ - ABPM - 1992) MERC - 027/93	- Diagnóstico da qualidade e produtividade; - Tendências nacionais e internacionais de qualidade e produtividade do setor; - Objetivo, estratégia e ações: na área governamental: (tributária; normalizadora; política externa; creditícia; pesquisa); - Na iniciativa privada: (acordo com produtores; orientações aos produtores; reuniões; treinamento; divulgação; ação junto ao MARA); - Custo do projeto proposto; - Área de atuação; - Dados estatísticos sobre a maçã no Brasil.	X				
PROPOSTA DO SETOR MAÇÃ PARA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ - ABPM, 1991) MERC - 063/93	- Histórico e situação atual: (área, número de produtores, empregos, investimentos custo de produção, carga tributária, comercialização e exportação); - Condições para integração (equilíbrio cambial, equalização tributária, normas de qualidade; defensivos agrícolas, recursos para pesquisa, mecanismo de proteção)	X				
COMERCIALIZAÇÃO DO MELÃO (S.N - BRASIL - 1992) MERC - 059/93	- Histórico: características; - Mercado nacional - consumo; - Área e produção nacional; - Estimativa de custo de produção.	X				
MORANGO COMERCIALIZAÇÃO DO MORANGO SUBGRPO Nº 8 (S.N - 1992) MERC - 048/93	- Histórico: características; - Formas de utilização e espécies; mercado nacional: área e produção nacional; - Principais regiões de cultivo; - Estimativa de custo de produção.	X				
PESSEGO - PRODUÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVA ALIMENTÍCIAS DE PELOTAS, 1991) MERC - 025/93	- Vantagens locacionais de Pelotas; - Dumping e subsídios; - Comparativo entre custos no Brasil e Argentina; - Barreiras tarifárias; - Certificado de origem; - Marcas e patentes; - Sugestões.	X	X			X
PROPOSTA DO SETOR PERSÍCOLA PARA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL - ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PRODUTORES DE PÊSSEGO - EMATER, 1991) MERC - 076/93	- Situação atual do setor; - Produção nos principais Estados Brasileiros; - Comércio exterior; - Custo de produção; - Comparativo de custo de produção Brasil/Argentina; - Investimentos; - Vantagens comparativas; - Sugestões.	X	X			X

(cont.)

COMPLEXO: FRUTAS					
IMPORTAÇÃO DE PESSEGO - SUBSIDIOS E DUMPING - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DE PELOTAS - 1992) MERC 022/93	- Subsidios; - Regulamento; - Danos causados;	X	X		
DIAGNÓSTICO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DE HORTIFRUTI (S.N - 1992) MERC - 064/93	- Análise crítica para setor de produtos in natura; - Frutícola, olerícola e ornamentais; - Qualidade e Produtividade.	X			X
PROJETO PROVITIS: FUNDO DE RENOVAÇÃO DA VITIVINICULTURA GAÚCHA (S.N - 1992) MERC - 102/93	- Histórico do cultivo de videiras e cultura do vinho no Brasil; - Comercialização; - Necessidade de política de renovação.	X			X

**COMPLEXO SUCRO-
ALCOOLEIRO**

NOME DO TRABALHO	CONTEÚDO	BR	ARG	PR	UR	MERCOSUL
PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS ESTADOS-PARTE DO MERCOSUL (S.N.) 1992 MERC - 015/93	<ul style="list-style-type: none"> - Vantagens e desvantagens da atuação da cana-de-açúcar nos mercados de alimentos e energia; - Benefícios da integração dos setores sucro-alcooleiro do Mercosul; - Roteiro de trabalho para subsidiar a integração do setor. 	X	X			X
INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR DE AÇÚCAR E ÁLCOOL (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO - ABIA, 1991) MERC - 043/93	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico tecnológico e econômico do setor sucro-alcooleiro - Recomendações para o setor. 	X				
LA SITUACION DE LA ACTIVIDAD AZUCAREIRA BRASILEIRA EN EL MARCO DE LA INTEGRACION BILATERAL (INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUARIA - INTA - ARGENTINA, 1990) MERC - 083/93	<ul style="list-style-type: none"> - Origem e evolução do Proálcool; - Comparação dos custos de produção de cana-de-açúcar e açúcar cristal, destacando tributos incidentes e subsídios. 	X	X			
CANA DE AZÚCAR PARAGUAI (SUB-GRUPO Nº 8 - DELEGAÇÃO PARAGUAI, 1992) MERC - 021/93	<ul style="list-style-type: none"> - Síntese das políticas paraguaias para produção e comercialização de cana-de-açúcar; - Contribuição da produção da cana para a economia paraguai; - Análise da evolução da produção (70/90). 			X		
TECNOLOGIA, CUSTOS E COMPETITIVIDADE NO MERCOSUL: O CASO DO AÇÚCAR E ÁLCOOL (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, INSTITUTO DE ECONOMIA AVANÇADA - IEA, 1992) MERC - 097/93	<ul style="list-style-type: none"> - Análise do setor sucroalcooleiro dos países membros no contexto mundial; - Avaliação da competitividade do setor; - Recomendações para processo de integração. 	X				
POLÍTICAS RELATIVAS AO AÇÚCAR E TRIGO (S.N., 1992) MERC - 029/93	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas relativas ao açúcar e trigo - Argentina, Paraguai e Uruguay 		X	X	X	
DESCRIPCIÓN DE POLÍTICA RELATIVAS A AZUCAR EN EL URUGUAY (S.N. 1992) MERC - 086/93	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de açúcar no Uruguai; - Comercialização; - Políticas de desenvolvimento. 				X	

OUTROS PRODUTOS						
NOME DO TRABALHO	CONTEÚDO	BR	ARG	PR	UR	MERCOSUL
ESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA FUMAGEIRA NO SUL DO BRASIL (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUMO - SINDIFUMO, 1992) MERC - 053/93	- Composição das indústrias no Sul do Brasil (nº de empresas e localização); - Produção; - Área; - Financiamento; - Política de comércio exterior; - Exportação.	X	X		X	X
POLÍTICA AGRÍCOLA - RECOMENDAÇÕES DO SETOR FUMAGEIRO (MERCOSUL - SUBGRUPO - 8, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE FUMO - ABIFUMO, 1991) MERC - 039/93	- Histórico; - Produção e Impostos; - Exportação de fumo e derivados; - Expectativas com o MERCOSUL; - Recomendações e posição do setor.	X	X	X	X	X
INDÚSTRIA DEL TABACO EN ARGENTINA Y LA ARMONIZACIÓN DE POLÍTICAS. PARA EL MERCOSUL (ARGENTINA - S.N, 1991) MERC - 078/93	- O documento ressalta situações existentes e posições possíveis de serem adotadas pelos países membros quanto a: tarifação de importação; impostos internos, regulamentos p/ comercialização de cigarros; proteção de marcas; etc.		X			X
OBSERVAÇÃO SOBRE O 5º ACORDO INTERNACIONAL DO CACAU: RESUMO (UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA, 1991) MERC - 104/93	- Suporte teórico e técnico para tomada de decisão no 5º acordo internacional do cacau; - Inclui tabelas e gráficos sobre produção, demanda, preços e exportação de cacau.	X				
INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR DE CAFÉ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO - ABIA, 1991) MERC - 120/93	- Evolução do café; Situação atual; - Perspectivas da demanda mundial; - Exportações brasileiras; - Recomendações.	X				
CACAU: DESAFIOS DE NOVOS MERCADOS (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI, 1989) MERC - 123/93	- Importância; - Necessidade de ampliação no mercado internacional, no mercado de baixo consumo e mercado doméstico; - Potencial de crescimento do consumo; - Obstáculos.	X				
A INDÚSTRIA DO FUMO NA ECONOMIA BRASILEIRA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA NA INDÚSTRIA DO FUMO - ABIFUMO, 1991) MERC - 124/93	- Histórico do fumo; - Liderança na arrecadação do IPI; - Geração de emprego; - Participação nas exportações.	X				
A PRODUÇÃO DE LÃ NO MERCOSUL (S.N. 1992) MERC - 017/93	- Situação atual da produção; - Comercialização, industrialização no MERCOSUL; - Tratamento fiscal.	X		X	X	X

(cont.)

OUTROS PRODUTOS					
SISAL: UMA ABORDAGEM SETORIAL (DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX/BRASIL, 1990) MERC - 069/93	- Importância da produção brasileira no mercado mundial e suas tendências; - Características do sisal; - Países produtores; - Consumo / mercado, tecnologia e tendências; - Comercialização - Exportação; - Rendimento, qualidade; - Limitações, restrições e concorrentes; - Competitividade.	X			
TRIBUTAÇÃO COMPENSATORIA NO MALTE - (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CERVEJA DE BAIXA FERMENTAÇÃO, 1992) MERC - 049/93	- Posição do Sindicato quanto a implementação de tributação compensatória;	X	X	X	X
SETOR DE CERVEJAS E REFRIGERANTES: PROG. DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO - ABIA, 1992) MERC - 047/93	- Características; - Diagnóstico; - Objetivos do setor; - Indicadores de desempenho.	X			
DESCRIPCION DE LAS POLÍTICAS RELATIVAS AL ALGODON DEL PARAGUAY (S.N, 1991) MERC - 079/93	- Observações sobre as políticas para o setor algodoeiro no Uruguai.			X	
DIAGNÓSTICO DO SETOR DE CERVEJAS E REFRIGERANTES (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO - ABIA, 1992) MERC - 047/93	- Programa Setorial de Qualidade e Produtividade do Setor de Cervejas e Refrigerantes (objetivos, justificativas, programa de estudos). - Diagnóstico do setor. - Recomendações de Política Econômica.	X			X
POLÍTICAS RELATIVAS AO ALGODÃO DA ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI (MERCOSUR SUBGRUPO Nº 8 - POLÍTICA AGRÍCOLA, 1992) MERC - 073/93	- Política de comércio exterior; - Política de preços; - Política de crédito; - Política de comercialização externa; - Política tecnológica e tributária; - Política de controle sanitário; - Instituições que participam da execução da políticas.		X	X	X
POLÍTICA DEL ALGODON (DELEGACIÓN PARAGUAYA, 1992) MERC - 055/93	- Política Paraguai para o algodão nas áreas de comércio exterior, preços, crédito e comercialização.			X	

GERAL MERCOSUL						
NOME DO TRABALHO	CONTEÚDO	BR	ARG	PR	UR	MERCOSUL
POLÍTICA AGRÍCOLA DE LA ARGENTINA (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO, 1991) MERC - 067/93	<ul style="list-style-type: none"> - Política de laticínios, de insumos agropecuários, produção e comercialização de sementes, preços e comercialização de grãos; - Confrontação da posição brasileira e argentina nas áreas de: preços e comercialização agrícola; - Diagnóstico do setor agropecuário. 	X	X			
NORMA GERAL MERCOSUL PARA ROTULAGEM DE ALIMENTOS (S.N - 1991) MERC - 080/93	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituações diversas de alimentos; - Normatização de rotulagens e embalagens; - Harmonização de normas técnicas; - Sistema de amostragem brasileiro; - Recomendações. 	X				
SECTOR AGROPECUARIO EN LA ARGENTINA (ARGENTINA MINISTERIO DE ECONOMIA, 1990) MERC - 016/93	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução do setor agropecuário argentino nas décadas 70/90; - Efeitos das políticas protecionistas e de subsídios; - Política creditícia do setor agropecuário. 		X			
ASPECTOS TEÓRICO - ESTRATÉGICO QUE FUNDAMENTAM A FORMULÃO DE UM DIPLOMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DE VARIEDADES VEGETAIS DO BRASIL (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 1991) MERC - 032/93	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos para elaboração do ante-projeto de lei de proteção de variedades vegetais no Brasil; - Vantagens da criação dessa legislação; - Recomendações para formulação do diploma legal. 	X				
ESTUDIO SOBRE LA AGROINDUSTRIA DEL PARAGUAI (GRUPO DE TRABAJO FGU KRONBERG/IDC- HEIDELBERG COOPERACION TÉCNICA CON EL PARAGUAI, 1986) MERC - 040/93	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos sobre a produção da agroindústria, Paraguai; - Identificação de produtos viáveis de serem produzidos no país; - Recomendações de perfis de projetos viáveis para o Paraguai. 			X		
POLÍTICA AGRÍCOLA (USP - INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS, 1991) MERC - 068/93	<ul style="list-style-type: none"> - Prioridade de Investimentos públicos no processo de integração do MERCOSUL (armazenamento e transporte); - Integração da pesquisa agropecuária; - Harmonização e normalização dos fluxos de comércio; - Harmonizações das legislações fitossanitárias e zootossanitárias; - Recomendações para: investimentos de infra-estrutura, fluxos comerciais e harmonização fitossanitária. 	X				
DIAGNÓSTICOS E CENÁRIOS DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO MERCOSUL. (SUB-GRUPO Nº 8 - DELEGAÇÃO BRASILEIRA, 1991) MERC - 019/93	<ul style="list-style-type: none"> - Descrição da formação do Sub-grupo nº 8 do Brasil e de sua operacionalização; - Contribuições do Sub-grupo nº 8 no processo de integração. 	X				X
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS E POLÍTICAS SETORIAIS DO MERCOSUL. (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA - IICA, 1992) MERC - 110/93	<ul style="list-style-type: none"> - Breve interpretação da realidade econômica, social e das políticas setoriais na área agropecuária; - Indicadores econômicos, sociais e agropecuários. 	X	X	X	X	X
MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS - A SAÚDE E O MERCOSUL. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, 1992) MERC - 062/93	<ul style="list-style-type: none"> - Análise a relação saúde/sociedade; - Fiscalização Fitossanitária; - Qualidade/Produtividade. 		X			

(cont.)

GERAL MERCOSUL					
<p>A IMPORTANCIA DO SETOR AGROINDUSTRIAL NA INTEGRAÇÃO DO CONE SUL: CADEIAS SENSÍVEIS (INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS IEA - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, 1992)</p> <p>MERC - 045/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão dos impactos da integração sobre as principais cadeias agroindustriais brasileiras; - Principais fluxos de comércio agrícola e agroindustrial intra e extra-regional; - Identifica os principais fatores responsáveis pelas distorções de competitividades dos produtos brasileiros no MERCOSUL; - Recomendações. 	X			X
<p>CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO MERCOSUL NA ÁREA AGRÍCOLA (INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS - IEA, SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO, 1992)</p> <p>MERC - 010/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tratado de Assunção e os compromissos dos países - membros do MERCOSUL; - Atribuições do subgrupo nº 8 de política agrícola e atividades realizadas; - Recomendações para os trabalhos futuros do subgrupo nº 8. 	X	X	X	X
<p>POLÍTICAS PARA EL DASAROLLO DE LA PATAGONIA SUR (ARGENTINA, S.N - 1992)</p> <p>MERC - 089/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recomendações adotadas pelo governo argentino para Patagonia Sul; - Linhas de crédito propostos para financiamento dos projetos destinados ao setor agropecuário e agroindustrial da região. 		X		
<p>MERCOSUL: PROPOSTAS DISCUTIDAS NA 5ª REUNIÃO DO SUBGRUPO Nº 8 DE 13 A 15/11/91 (PARAGUAY, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA - 1991)</p> <p>MERC - 081/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relato dos temas discutidos na 5ª reunião do subgrupo nº 8; - Vantagens da integração; - Diagnóstico da agroindústria alimentar; - Proposta para o dinamismo do processo de integração (barreiras tarifárias, produtos sensíveis, transferência de tecnologia). 				X
<p>MERCOSUL - AJUSTES E HARMONIZAÇÕES, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, ELIMINAÇÃO DAS FRONTEIRAS TÉCNICAS, LIVRE CIRCULAÇÃO. (S.N - 1991)</p> <p>MERC - 008/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cronograma de estudos e trabalhos a serem realizados durante período de transição da integração - MERCOSUL; - Recomendações para comercialização de produtos alimentícios no período de transição. 				X
<p>PROPOSTA DE ESTABILIZAÇÃO DE CONSENSO A NÍVEL DO MERCOSUL NO TOCANTE A QUESTÕES ESSENCIAIS RELACIONADAS COM A PROBLEMÁTICA DA NORMALIZAÇÃO TÉCNICA (SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1992)</p> <p>MERC - 012/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta para uma ação de melhoria do nível de qualidade e produtividade no MERCOSUL; - Recomendações para os subgrupos técnicos do MERCOSUL. 				X
<p>TERMOS DE REFERÊNCIA SOBRE OS SETORES DA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL FACE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO - SULMERC. (FEDERAÇÃO E CENTRO DAS INDUSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL, 1992)</p> <p>MERC - 011/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico setorial da economia do RS face à integração do MERCOSUL, apontando problemas e recomendações (Agroindústria, indústria de produtos elaborados, químico e petroquímico, têxtil, artefatos de borracha e construção civil); - Trabalhos entregues pelos setores nas audiências setoriais da SULMERC. 	X			X
<p>ANALISE DAS TENDÊNCIAS DE COMPETITIVIDADE (S.N, 1992)</p> <p>MERC - 075/93</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Vantagens comparativas na produção: Cereais e derivados; carnes e derivados; frutas e hortaliças, laticínios e ovos; açúcar e mel, óleo e gorduras vegetais e animais; frutos do mar; produtos não alimentares; - Vantagens comparativas na comercialização e transporte. 	X	X		

(cont.)

GERAL MERCOSUL					
FINANCIAMIENTO AL SECTOR AGROPECUARIO ARGENTINO (SECRETARIA DE AGRICULTURA Y GANADERIA Y PESCA - SAGYP, 1991) MERC - 099/93	<ul style="list-style-type: none"> - Características e regulamentações do setor agropecuário argentino; - Participação do setor agropecuário nos créditos bancários público e privado e nos planos de permuta de insumos por produtos; - Novas fontes de financiamento através do mercado de capitais. 		X		
PREJUÍZOS DO BRASIL NO MERCOSUL. (ADY RAUL DA SILVA, 1991) MERC - 065/93	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos efeitos do MERCOSUL na economia brasileira. 	X			X
PROYECTO DE APOYO A LA MODERNIZACIÓN E INTEGRACIÓN DE LA AGRICULTURA EN EL AMBITO DEL MERCOSUR - VERSIÓN PRELIMINAR (GRUPO MERCADO COMUM, 1992) MERC - 031/93	<ul style="list-style-type: none"> - Origen da proposta, objetivos e justificativas do projeto de apoio à modernização e integração da agricultura do Mercosul; - Áreas temáticas do projeto e proposta de atividades; - Instituições que participarão do projeto. 				X
ÉXODO RURAL PARA O EXTERIOR (CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 1991) MERC - 036/93	<ul style="list-style-type: none"> - Parecer técnico aos investimentos agrícolas de brasileiros nos países do Mercosul. 		X		X
ARGENTINA: SINTESIS DE LA VISION POLÍTICA (S.N - 1990) MERC - 083/93	<ul style="list-style-type: none"> - Visão atual das possibilidades e efeitos da integração - Mercosul; - Harmonização das políticas para integração agrícola macro-econômicas e setoriais). 		X		
DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO SETOR - SUBPROGRAMA SETORIAL DA AGROINDUSTRIA. INDÚSTRIA DE ALIMENTOS; PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO - ABIA, 1992) MERC - 066/93	<ul style="list-style-type: none"> - Tendências nacionais e internacionais da qualidade e produtividade do setor agroindustrial; - Diagnóstico de qualidade e produtividade do setor agroalimentar - Restrições institucionais impostas ao setor (juros, tributação e política agrícola e econômica); - Tendências tecnológicas na indústria de alimentos do Brasil; - Recomendações. 	X			
LAS VENTAJAS COMPETITIVAS DE LA NACIÓN - AGROINDUSTRIA Y ALIMENTOS (ARGENTINA. PRESIDENCIA DE LA NACIÓN, 1991) MERC - 052/93	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da perda de competitividade do setor agroalimentar argentino; - Identificação de elementos que devem ser modificados para aumentar a competitividade. 		X		
BREVE ANÁLISE QUANTO A COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROINDUSTRIAL ARGENTINO (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 1991) MERC - 116/93	<ul style="list-style-type: none"> - Comentários sobre a política de insumos agropecuários: - Preços internos e de exportação; - Produção, produtividade e consumo de produtos agropecuários (grãos, laticios e carnes); - Comércio bilateral Brasil - Argentina; - Política de formação de preços. 		X		

(cont.)

GERAL MERCOSUL					
INDUSTRIALIZACION, COMPETITIVIDAD Y INSERCIÓN EXTERNA - DISTRIBUCIÓN E COMERCIALIZACIÓN (ARGENTINA PRESIDENCIA DE LA NACIÓN, 1991) MERC - 054/93	- Recomendações de política econômica para impulsionar a transformação produtiva da América Latina; - Noção de competitividade, base empresarial e articulação produtiva.		X		
ESBOÇO PRELIMINAR PARA UM ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO NA ARGENTINA. (CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 1991) MERC - 106/93	- Regionalização da agricultura argentina; - Legislação agrícola, Brasil e Argentina; - Uso do solo e conservação de recursos naturais; - Infra-estrutura (transportes e armazenamento e portuário).		X		
ACERVO TECNOLÓGICO AGRÍCOLA ARGENTINO (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 1991) MERC - 117/93	- Estrutura da pesquisa agropecuária; - Linhas de pesquisa; - Serviço de Extensão Rural; - Transfêrencia de tecnologia; - Propriedade intelectual; - Linhas de pesquisa para o futuro.		X		
CARGA IMPOSITIVA EN EL SECTOR AGROPECUARIO ARGENTINO (SECRETARIA DE ECONOMIA/DIRECCIÓN DE INTEGRACIÓN ECONOMICA, ARGENTINA. 1992) MERC - 111/93	- Mostra a carga tributária incidente no algodão bruto e fibra e no trigo; - Quadro comparativo de incidência de impostos no setor agropecuário.	X	X	X	X
MERCOSUL: TRIBUTAÇÃO E CUSTOS NA AGROPECUÁRIA - VERSÃO PRELIMINAR (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - IPARDES, 1992) MERC - 114/93	- Planilhas de custo de produção agropecuária dos países-membros do Mercosul com ênfase na carga tributária incidente nestes custos; - Análise comparativa do custo dos quatro países dos produtos selecionados: soja, trigo, milho, algodão, cebola, alho, carnes e vinho; - Recomendações para o processo de integração; - Sugestões de linhas de estudos na área.	X	X	X	X
A QUESTÃO DA AGROINDÚSTRIA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, 1991) MERC - 115/93	- Análise do potencial do setor agroindustrial frente ao processo de integração; - Princípios da integração no sistema agroindustrial; - A cadeia agroindustrial brasileira do leite e do trigo.	X			X
DIAGNÓSTICO DO SETOR DE ARMAZENAGEM FRIGORIFICADA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ARMAZENAGEM FRIGORIFICADA - ABIAF, 1991) MERC - 077/93	- Histórico (evolução, capacidade, instalações, tecnologia, ocupação média); - Definição do setor (custos, carga tributária; tratamento crédito e tecnologia)	X			
EXODO RURAL PARA O EXTERIOR (CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB - 1991) MERC - 036/93	- Parecer Técnico para investimentos agrícolas do Brasil em outros países do MERCOSUL; - Custo da Terra; - Abastecimento.	X			X
TECNOLOGIA, CUSTOS E COMPETITIVIDADE NO MERCOSUL (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS. 1992) MERC - 071/93	- Análise comparativa dos custos de produção do trigo, milho e arroz nos quatro países do MERCOSUL.	X			X

(cont.)

GERAL MERCOSUL

<p>SUBSÍDIOS TÉCNICOS DO SUBGRUPO Nº 8 - MERCOSUL: DIAGNÓSTICO DO TRIGO (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO - 1991)</p> <p>MERC - 072/93</p>	<p>- Diagnóstico preliminar da cadeia produtiva do trigo.</p>	X				X
<p>POLÍTICAS, CREDITÍCIAS E SUGESTÕES PARA ESTIMULAR AS EXPORTAÇÕES. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, 1992)</p> <p>MERC - 093/93</p>	<p>- Política de estímulo para exportação; - Tributação; - Portos; - Incentivos a competitividade.</p>	X				
<p>MECANISMOS DE PROTEÇÃO CONTRA IMPORTAÇÕES A PREÇOS DESLEAIS E O CÓDIGO ANTI-DUMPING E SUBSÍDIOS BRASILEIROS (FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR, 1988)</p> <p>MERC - 118/93</p>	<p>- Aborda as duas formas de proteção contra importações a preços desleais.</p>	X				
<p>REFLEXIONES EN TORNO AL MODELO DE LARGO PLAZO DE LA ARGENTINA CONTEMPORANEA: TECNOLOGIA Y BIENES DE CAPITAL (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1991)</p> <p>MERC - 013/93</p>	<p>- Recomendações de Política Governamental para o Fortalecimento de Política Tecnológica Industrial.</p>	X				

3 - Diagnósticos Setoriais.

Na seção 3 desse documento apresentam-se diagnósticos sucintos de competitividade dos setores: soja, trigo, lácteos, uva/vinho, pêssego e alho/cebola. A apresentação dos mesmos tem o propósito de exemplificar a utilização das informações contidas na Base de Dados.

Chama-se atenção para o fato de que os diagnósticos aqui apresentados não têm a pretensão de criar ou fornecer novas informações e sim, reproduzir, de forma sintética e organizada dentro de um mesmo contexto, aquelas consideradas úteis e relevantes.

COMPLEXO SOJA - Aspectos de Competitividade do Brasil e da Argentina

I - Apresentação

O Brasil é o principal produtor de soja do MERCOSUL, responsável por 62% da produção da região em 1990, enquanto a Argentina é o segundo maior produtor, participando com 35%. Nos demais países do Mercosul, a produção de soja é ainda pouco expressiva (3%), como pode ser observado na tabela 1.

A presente nota tem o propósito de fazer breve análise do complexo soja da Argentina e Brasil, apresentando os aspectos de competitividade nos dois países.

II - Alguns aspectos da produção de soja no Brasil e Argentina

O cultivo da soja na Argentina concentra-se na tradicional zona macieira: Sul de Santa Fé, Leste de Córdoba e Norte de Buenos Aires. Estas três províncias produziram 93% da soja em grão do país na safra 88/89. A produtividade média oscilou entre 1724kg/ha (1980) e 2141kg/ha (1990), conforme dados da tabela 1.

Na última década, ocorreu uma mudança no perfil da produção agrícola argentina: houve redução da área cultivada de

milho e trigo e expansão na soja, que se transformou na principal cultura do país. Esta expansão foi fruto de uma política de incentivos creditícios e fiscais ao setor que provocou a ampliação e modernização do parque processador para exportação de óleo e farelo e o aumento da competitividade de seus produtos. Além disto, neste período, houve perda da dinâmica da sojicultura brasileira, que trocou a posição de exportadora de soja em grão para exportadora de farelo e óleo.

No Brasil, as principais áreas de produção localizam-se nas regiões Sul e Sudeste e, mais recentemente, em áreas de cerrado: Região Centro-Oeste e partes de Minas Gerais, Bahia e Maranhão. Nesta última área, as condições climáticas são favoráveis e propiciam lavouras com produtividade e qualidade superior às das demais zonas de culturas tradicionais.

O parque processador oleaginoso brasileiro ocupa o segundo lugar no mundo, com uma capacidade nominal instalada de 25 a 30 milhões de t/ano, a qual se encontra, atualmente, subutilizada.

Evidencia-se, a partir do início dos anos 90, a queda no desempenho do complexo soja no Brasil, que se deu tanto na produção interna de soja em grão, como na diminuição das exportações. Acrescenta-se, também, que na presente década o Brasil vem sofrendo forte concorrência dos seus parceiros: Argentina e EUA.

Segundo documentos consultados, as principais explicações para o fraco desempenho que vem ocorrendo recentemente no setor são as seguintes:

1) alta incidência de tributos nas exportações de grãos, farelo e óleo de soja e elevadas taxas portuárias, conjugadas à precária infra-estrutura de transporte;

2) elevados subsídios norte-americanos a exportações de óleo de soja;

3) política tributária adotada pela Argentina de menor taxaço das exportações de derivados em relação à matéria-prima, ou seja, o grão sofre a taxaço de 10,5% e o farelo e o óleo de 4,5%, enquanto, no Brasil, as vendas externas são gravadas em aproximadamente 16% para o grão, 14% para o farelo e 11% para o óleo de soja. Essa diferença tributária força o Brasil a diminuir muito os preços do farelo e do óleo para tornar-se mais competitivo, acarretando redução compulsória na margem de esmagamento das indústrias, o que reflete negativamente na remuneração do produtor nacional;

4) o Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 14 prevê redução das alíquotas incidentes nas importações de óleo de soja de 20% para 6% no produto bruto e para 10% no refinado. Esta redução proporciona condições suficientes para o óleo de soja argentino ser comercializado no Brasil a preços menores que os da indústria nacional;

5) por último, cabe salientar que a expansão da cultura de soja no Brasil Central aumentou consideravelmente as distâncias entre as zonas de produção e os portos de exportação, onerando os custos finais e, conseqüentemente, reduzindo a competitividade do setor em nível de preço final.

II- Análise Comparativa dos Custos de Produção da Soja no Brasil e na Argentina

Com base na tabela 2 de custos de produção, em quatro estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo) e na Argentina, observa-se que o maior custo é do Mato Grosso do Sul. Esta diferença se deve principalmente às maiores despesas com fertilizantes, calcários, pesticidas e transporte externo. São as maiores cargas de insumos a transportar às maiores distâncias, provocando custos elevados com transporte, o que sobrecarrega as despesas de produção. Mesmo assim, a área cultivada vem se expandindo neste estado, não ocorrendo o mesmo no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

O Estado de São Paulo apresenta o menor custo de produção, porque incorre em menores despesas com pesticidas e transporte externo. Os estados do Rio Grande do Sul e Paraná apresentam custos similares, contudo o Paraná alcança o rendimento médio bem superior ao Rio Grande do Sul.

Com a comparação do custo total por área do Brasil (média dos quatro estados) com o da Argentina, verifica-se uma

diferença de apenas 6% a favor do último país. Ao comparar o custo total por tonelada, evidencia-se, entretanto, que o custo argentino é em torno de 74% do brasileiro. As explicações para tal fato são as seguintes:

1 - O rendimento médio da soja na Argentina é superior aos dos quatro estados brasileiros. Calculando-se a média dos rendimentos dos quatro estados como representativa a do Brasil, obtém-se o rendimento médio de 1,9t/ha, bem abaixo do da argentina, 2,5t/ha.

2 - A vantagem da Argentina encontra-se nos custos variáveis, especificamente nos itens relativos ao calcário e fertilizantes e pesticidas; na Argentina praticamente não há despesas com fertilizantes e calcário, e as despesas com pesticidas são bem inferiores às do Brasil.

A melhor qualidade do solo argentino permite obter altos rendimentos sem utilização de fertilizantes. Em contrapartida, o clima argentino não propicia o desenvolvimento de doenças e pragas, gastando-se menos com pesticidas.

3 - Como se gasta menos com insumos no cultivo da soja na Argentina, as suas despesas com fretes para transportar insumos são inferiores às do Brasil.

É interessante verificar também que os fertilizantes na Argentina são mais baratos do que no Brasil como poder ser

observado no quadro de análise de vantagens comparativas, em anexo.

Com relação à Argentina, nota-se que o item de maior peso nos custos de produção da soja são de "outros insumos", participando com aproximadamente 44% do total. Isto se deve às despesas com "colheita contratada", que representa em torno de 34% dos custos variáveis.

III - Análise das Vantagens do Complexo Soja do Brasil e da Argentina

Com base no trabalho Diagnóstico da Soja - Mercosul, complementado com informações de outros estudos da "Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial", apresentam-se quadros comparativos do Brasil e da Argentina sobre as vantagens na produção e comercialização da soja em grão e no processamento, como também da indústria fornecedora de insumos e máquinas e equipamentos para produção agrícola.

4 - INDÚSTRIA FORNECEDORA DE INSUMOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLA

SETORES	BRASIL	ARGENTINA
1. Tratores máquinas e equipamentos		
1.1. Produção	- Bom nível de atualização tecnológica - Atende a todo mercado	- Atende 95% do mercado interno
1.2. Tarifa de importação	- 25% máquinas e equipamentos - até 40% para tratores	- 24% para menor de 28HP - 10% para mais de 280HP
1.3. Impostos	- IPI isento - ICMS - 5%	- IVA - 15,6%
1.4. Comercialização	livre	livre
2. Fertilizantes		
2.1. Produção	- Auto-suficiente em nitrogênio e fósforo - Há importação de potássio	- auto-abastece de 50% de nitrogênio - Importa fósforo e potássio
2.2. Tarifa de importação	- 0 a 10%	- 5 a 13%
2.3. Impostos Indiretos	- IPI isento - ICMS - 17%	- IVA - 15,6%
2.4. Comercialização	livre	livre
2.5. Distribuição espacial das plantas	- 76% das plantas concentradas na região centro-sul (SP, MG e PR)	---
2.6. Custo de fertilizantes	- US\$ 30,5 /t	- US\$ 2/t
3. Agroquímicos		
3.1. Produção	- A indústria produz 100% do consumo - Importa 33% do concentrado e matérias-primas	- Produz 30% do consumo - Importa 40%
3.2. Vendas	- Herbicidas - 49% - Inseticidas - 33% - Fungicidas - 18%	- Herbicidas - 65% - Inseticidas - 25% - Fungicidas - 20%
3.3. I. Indiretos	- IPI isento - ICMS - 17%	- IVA - 15,6%
3.4. Tarifa de importação	- 20 a 40%	- 10 a 22%
3.5. Custo de agroquímicos	- US\$ 15/t	- US\$ 9,4 /t

3 - ANÁLISE DAS VANTAGENS COMPARATIVAS NO 2º NÍVEL DE PROCESSAMENTO (SUBPRODUTOS DO FARELO E ÓLEO REFINADO)

SETORES	BRASIL	ARGENTINA
1. Tecnologia	Maioria das plantas industriais de refinação estão fora da verticalização e são de pequena escala.	- não há informações.
2. Mercado	Tem mais tradição no mercado externo e um mercado interno mais dinâmico	Depende basicamente do mercado externo
3. Política econômica	Perde vantagem, representando um problema tipicamente estrutural da economia brasileira	Possui maiores vantagens na tributação, despesas portuárias e transporte

4. INDÚSTRIA PARA AGROINDÚSTRIA DA SOJA

SETORES	BRASIL	ARGENTINA
1. Tecnologia	- Atualizações tecnológica industrial em torno de 60%.	- Importadora de tecnologia industrial.

1 - ANÁLISE DAS VANTAGENS COMPARATIVAS NA PRODUÇÃO DE SOJA EM GRÃO E SUA COMERCIALIZAÇÃO

SETORES	BRASIL	ARGENTINA
1. Recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> - Vantagens na distribuição - Melhor consorciamento entre as culturas - Melhor qualidade do produto 	<ul style="list-style-type: none"> - Vantagens na fertilidade do solo - Necessidade de menos fertilizantes
2. Rendimento médio (80 a 89)	<ul style="list-style-type: none"> - Sul e Sudeste: 1605kg/ha - BRASIL/CENTRAL: 1775ka/ha - BRASIL: 1647kg/ha 	<ul style="list-style-type: none"> - 1947kg/ha
3. Aumento na produção	1980 - 15,2 milhões de t 1990 - 19,9 milhões de t 1990/1980 - 30,9%	1980 - 3,5 milhões t 1990 - 10,7 milhões t 1980/1980 - 205,7%
4. Aumento na área	1980 - 8774 mil ha 1990 - 11481 mil ha 1990/1980 - 30,8%	1980 - 2030 mil ha 1990 - 4985 mil ha 1980/90 - 145,6%
5 - MERCADO		
5.1 Dinâmica de mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Baseia-se no mercado interno e externo - Grande demanda para processamento (alimentação bovina, avícola e suína) - Grande mercado interno e consumidor de óleo 	<ul style="list-style-type: none"> - Principalmente no mercado externo - Não tem demanda para processamento (rações) expressiva - Não tem mercado interno para óleo de soja
5.2. Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> - Tem problemas na movimentação dos grãos devido a: <ul style="list-style-type: none"> . Áreas produtivas em expansão são distantes dos portos de exportação e das plantas de esmagamento. . Predomina o transporte rodoviário, que é o mais oneroso 	As zonas produtoras estão próximas dos portos e das plantas agroindústrias <ul style="list-style-type: none"> . Predomina transporte ferroviário, que é menos oneroso

Segue

Continuação

SETORES	BRASIL	ARGENTINA
5.3. Expansão de mercado	- A regionalização pode potencializar outras cadeias e dinamizar o mercado interno, melhorando a questão de transporte	Depende mais do mercado externo
5.4. Política Econômica 5.4.1. Tributária 5.4.1.1. Comercialização	- Custa US\$ 32 /T - Isenção de ICMS depende da política estadual	- US\$ 11/T - IVA menor que o ICMS
5.4.1.2. Tributação na exportação de grãos Fonte: (SINDIÓLEO)	16,5%	10,5%
5.4.2. Comércio exterior	Diminuição nas alíquotas de importação, zerando em vários itens	o mesmo
5.4.3. Infra-estrutura 5.4.3.1. Capac. de armazenagem 5.4.3.2. Portuária 5.4.3.3. Transporte	- A capacidade instalada de armazenagem é boa; - Ocorrem problemas de gerenciamento problemática Problemático (74% rodoviário, 23% ferrovias e 3% hidrovias)	- A capacidade de armazenagem argentina para grãos é de 34,1 milhões de t. (levantamento de 1989) - O espaço para grãos é considerado superavitário. problemas menores Zona produtora próxima ao porto proporciona maior vantagem

2 - ANÁLISE DAS VANTAGENS COMPARATIVAS NO 1º NÍVEL DE PROCESSAMENTO (FARELO E ÓLEO BRUTO)

SETORES	BRASIL	ARGENTINA
1. Tecnologia 1.1. Produção	<ul style="list-style-type: none"> - 82% do custo de uma empresa processadora (média de 81 a 85) são gastos com matérias-primas. Fonte: IPARDES. - A tecnologia utilizada é mais antiga, acarretando rendimentos menores. - há possibilidades de melhorar a tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> - Plantas agroindustriais novas com tecnologia mais avançada no processamento, podendo diminuir os custos industriais e melhorar o aproveitamento das matérias-primas.
2. Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> - Não depende de muita movimentação, uma vez que as plantas agroindustriais esmagadoras encontram-se próximas dos centros consumidores, portos e indústrias de refino 	<ul style="list-style-type: none"> - Boas condições de comercialização
3. Política Econômica 3.1. Tributação 3.3.1. Exportação (FONTE: SINDIÓLEO) 3.1.2. Interna	<p>Farelo: 14,25 Óleo: 11,15</p> <p>ICMS: 17%</p>	<p>Farelo: 4,5% Óleo: 4,5%</p> <p>IVA: 15,6%</p>
3.2. Comércio Exterior	Problemas portuários e imposto de exportação alto	Menores problemas portuários e menos impostos na exportação
3.3. Infra-estrutura	Predomina transporte rodoviário, mais oneroso	Outras modalidades de transporte menos onerosas

VI - Recomendações de Política Setorial

A seguir, apresentam-se as principais recomendações de política econômica constantes no trabalho da Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial do Mercosul.

1 - Revisão da política tributária na exportação dos semi-elaborados. O ICMS sobre as exportações do farelo e óleo deve ser diminuído para alcançar o mesmo diferencial tributário da Argentina.

1.1 - A redução da carga tributária ao nível dos nossos concorrentes no MERCOSUL possibilitará a redução da capacidade ociosa (40/50%) da indústria de esmagamento e elevará as margens industriais atuais.

2 - Como o Brasil é o segundo maior consumidor de óleo e quase o segundo de farelo no mundo, enquanto Argentina e Paraguai, concorrentes no MERCOSUL, não têm mercado consumidor, faz-se necessário levar em conta que a desgravação tarifária afetará o Brasil, que passará a importar grão e óleo de soja dos países vizinhos.

3 - Com relação aos subsídios internacionais, recomenda-se aos quatro países-membros do MERCOSUL agirem conjuntamente na condenação aos subsídios agrícolas e barreiras tarifárias que atualmente prejudicam o setor no mercado internacional (CEE e EUA).

4 - Há necessidade de investimentos em estruturas alternativas de transportes, como ferrovia e hidrovia, porque 74% da produção brasileira são escoados por rodovias, o que é mais oneroso e menos indicado para deslocamento de grandes volumes a longas distâncias.

5 - As opções mais baratas de transporte são pouco utilizadas no Brasil. A malha ferroviária atende parcialmente algumas regiões produtoras e responde por apenas 23% da soja transportada no país. É necessário melhorar as condições das ferrovias, que, hoje, apresentam manutenção deficiente, tanto no leito, como em locomotivas e vagões, não permitindo um atendimento satisfatório, notadamente, em época de maior demanda.

6 - É necessário maior disponibilidade de armazéns. Isto contribuiria significativamente para diminuição dos custos, uma vez que a pequena disponibilidade de armazenamento, principalmente na Região Centro-Oeste, alarga a transferência quase que imediata para os grandes centros consumidores.

7 - No Brasil, o custo para utilização dos serviços portuários representa duas ou três vezes os de nossos principais concorrentes. Recomenda-se a concessão de autorização para implantação de terminais privados e modernização dos portos que estão sobre o controle do Estado.

Tabela 1

Área, Produção e Rendimento de Soja em Grão no Mercosul

Anos	Área (mil ha)				Produção (mil toneladas)				Rendimento (Kg/ha)						
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL
1970	26	1319	28	1	1374	27	1509	40	1	1577	1038	1144	1429	1000	1148
1975	356	5824	150	10	6340	485	9893	220	17	10615	1362	1699	1467	1700	1674
1980	2030	8774	475	40	11319	3500	15156	537	49	19242	1724	1727	1131	1225	1700
1985	3269	10153	719	15	14156	6500	18279	1172	21	25972	1988	1800	1630	1400	1835
1986	3316	9182	539	20	13057	7100	13330	662	35	21127	2141	1452	1228	1750	1618
1987	3533	9134	674	35	13376	6700	16969	1179	63	24911	1896	1858	1749	1800	1862
1988	4373	10520	766	46	15705	9900	18016	1407	78	29401	2264	1713	1837	1696	1872
1989	3903	12211	851	66	17031	6519	24071	1614	100	32304	1670	1971	1897	1515	1897
1990	4985	11481	1000	40	17506	10672	19888	1300	60	31920	2141	1732	1300	1500	1823

Fonte: Sistema de Información para el Análisis y Asesoramiento sobre Políticas para la Agricultura - IICA

Elaboração: IPEA - DF

Tabela 2

SOJA – Custo de Produção em Quatro Estados do Brasil e no Pampa Argentino
Mês: JUN/87

Item	RS		PR		MS		SP		ARGENTINA	
	Custo	%	Custo	%	Custo	%	Custo	%	Custo	%
I. Custos Variáveis	107.08	72.24	109.63	72.67	146.19	79.74	99.82	71.79	77.24	68.11
1. Sementes	17.26	11.64	14.13	9.37	19.47	10.62	16.80	12.08	16.42	14.48
2. Calcários e fertilizantes	33.42	22.55	32.65	21.64	49.32	26.90	34.02	24.47	0.00	0.00
3. Pesticidas	10.96	7.39	19.84	13.15	23.81	12.99	8.70	6.26	7.37	6.50
4. Combustíveis e lubrificantes	13.90	9.38	13.29	8.81	14.57	7.95	14.81	10.65	7.58	6.68
5. Transporte externo	11.67	7.87	11.76	7.80	22.03	12.02	8.49	6.11	1.98	1.75
6. Outros	19.87	13.41	17.96	11.91	16.99	9.27	17.00	12.23	43.89	38.70
II. Custos Fixos	41.14	27.76	41.23	27.33	37.15	20.26	39.22	28.21	36.16	31.89
1. Depreciação	15.84	10.69	14.89	9.87	15.57	8.49	14.79	10.64	14.20	12.52
2. Juros Sobre Capital Fixo	16.26	10.97	16.48	10.92	14.20	7.75	14.61	10.51	13.22	11.66
3. Outros	9.04	6.10	9.86	6.54	7.38	4.03	9.82	7.06	8.74	7.71
III. Custo Total (US\$/t)	148.22	100.00	150.86	100.00	183.34	100.00	139.04	100.00	113.40	100.00
Custo Total (US\$/ha)	24.12		316.82		396.00		250.27		284.99	
Rendimento (t/ha)	1.62		2.10		2.16		1.80		2.50	

Fonte: Tabela contida no trabalho – MERCOSUL Complejo Oleoginoso – SAGYP

V - Bibliografia Consultada

- 1 - ABIOVE (1990) - Associação Brasileira da Indústrias de Óleos Vegetais - O Setor de Óleos Vegetais. São Paulo, 1990

- 2 - ABIOVE - Associação Brasileira da Indústrias de Óleos Vegetais - MERCOSUL, Aspectos dos Complexos Oleagionosos. São Paulo, 1992.

- 3 - ABIOVE - Associação Brasileira da Indústrias de Óleos Vegetais - Complexo Soja: Situação do Brasil no Mercosul. São Paulo, 1992.

- 4 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Diagnóstico da Soja, Mercosul, 1991

- 5 - Dansa, Andrea M. MERCOSUR: Complejo Oleoginoso, Argentina: Secretaria de Agricultura, Ganaderia y Pesca - SAGYP, 1992.

- 6 - FIERGS - Federação e Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul. Comissão para Assuntos do Mercosul - Termos de referência sobre os setores da Economia do Rio Grande do Sul face ao processo de integração, Pelotas: 1992.

- 7 - Perez, José Eduardo Gutierrez e Stülp, Valter José. A integração Brasil - Argentina e a produção de grãos. Análise Econômica, ano 7, nº 12, nov/89.

Complexo Trigo - Aspectos de Competitividade no Mercosul.

I - Apresentação

A Argentina é o maior produtor de trigo do MERCOSUL, com um volume que é aproximadamente duas vezes a produção do Brasil quando se analisa a média do período de 1986 a 1990, como pode ser observado na tabela 1. A partir de 1990 a produção brasileira passou a decrescer chegando a produzir um terço (1/3) do que a Argentina.

Com relação aos demais países do Mercosul, Paraguai e Uruguai, apresentam-se com produção inexpressiva embora sejam autosuficientes o que não ocorre com o Brasil.

A presente nota tem o objetivo de fazer breve análise da triticultura argentina e brasileira, comparação dos seus custos de produção e destacar as principais recomendações do setor para o Brasil enfrentar o processo de integração regional.

TABELA 1

Produção, Exportação, Importação e Industrialização e consumo de Trigo nos quatro Países do MERCOSUL (Médias anuais com base no quinquênio 1986-1990)

DISCRIMINAÇÃO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
1. Produção	9510	5222	360	348
2. Área (1000ha)	5078	3350	201	195
3. Rendimento (Kg/ha)	1873	1560	1791	1785
4. Exportações(1000t)	4422	6	38	55
5. Importações(1000t)	----	4248	7	41
6. Vol. industrializado	4032	8687 *	S/INF.	347
7. Consumo (kg/capita em grão equivalente)	S/INF.	60 *	81	S/INF.

(*) Refere-se a média de 1984/1988, porque os dados de 1989 e 1990 não estavam disponíveis.

Fonte: STÜLP, Valter José (1992)

II - A triticultura na Argentina e no Brasil

1 - Argentina

As principais províncias produtoras de trigo na Argentina são Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Entre Rios e La Pampa, sendo que a primeira província participa com mais da metade da produção argentina, 63% em 89/90.

A triticultura Argentina chegou a produzir 14,5 milhões de toneladas na safra 82/83, a partir desta safra a produção passou a diminuir, a média de produção anual das safras de 85/86 a 88/89 não foi superior a 8.854 mil toneladas, indicando uma queda

de 60% em relação a safra 82/83. A partir de 89/90 há uma retomada no crescimento da produção de trigo na Argentina.

As províncias de Buenos Aires e Entre Rios são as que alcançaram os maiores rendimentos médios, respectivamente de 2,1t/ha e 2,3t/ha em 1989/90. O rendimento médio do país apresentou uma tendência de queda entre as safras de 85/86 a 90/91 em relação ao alcançado em 84/85 (2,2t/ha) como pode ser observado na tabela 2.

TABELA 2

TRIGO - Área, Produto e Rendimento médio na Argentina

ANOS	ÁREA COLHIDA (1000ha)	PRODUÇÃO (1000t)	RENDIEMTO (T/ha)
1980/81	4511	7421	1,6
1981/82	5683	8041	1,4
1982/83	6880	14517	2,1
1983/84	6851	12058	1,8
1984/85	5913	13221	2,2
1985/86	5274	8597	1,6
1986/87	4935	8834	1,8
1987/88	4734	9377	2,0
1988/89	4758	8564	1,8
1989/90	5438	10332	1,9
1990/91	5450	11179	1,9

Fonte: JUNTA NACIONAL DE GRANOS - GERENCIA DE ESTUDIOS
ECONOMICOS/BUENOS AIRES

O balanço oferta - demanda de trigo da Argentina mostra que na última década de 80 mais da metade da produção Argentina destinou-se às exportações.

O período de maior oferta de trigo na Argentina foi entre as safras 82/83 e 84/85, atingindo uma média de 14,0 milhões de toneladas, chegando a exportar 70% da produção na última safra citada. Posteriormente não conseguiu mais atingir esse nível de oferta conforme os dados da tabela 3

TABELA 3

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE TRIGO

em mil toneladas

DISCRIMINAÇÃO	82/83 a 84/85	85/86 a 87/88	88/89 a 90/91
1 - OFERTA TOTAL	14006	9226	10395
1.1 - PRODUÇÃO	13265	8936	10025
2 - VOL. INDUST.	3911	4032	4119
3 - DEMANDA TOTAL	13427	8951	10005
3.1 - CONSUMO INTERNO	4469	4763	4588
3.2 - EXPORTAÇÕES	8958	4153	5458
3.3 - PARTIC. DAS EXP. PRODUÇÃO (%)	68%	46%	54%

Fonte: JUNTA NACIONAL DE GRANOS - GERENCIA DE ESTUDIOS ECONÔMICOS/BUENOS AIRES.

O volume industrializado de trigo e o consumo apresentaram-se mais estáveis durante a última década quando comparado com as exportações argentinas. Observa-se uma queda significativa na produção e exportações nos dois últimos triênios. Sabe-se que a soja passou a ocupar áreas tradicionais de produção de trigo em função dos preços mais vantajosos no mercado internacional.

Os principais compradores de trigo argentino são Brasil, China e Irã. Estes três países juntos foram responsáveis por quase 70% das exportações argentinas em 1990, sendo o Brasil o maior comprador, 31%. De 1986 a 1990, o Brasil e Irã aumentaram suas participações nas exportações argentinas e a China reduziu.

Conforme Stülp (1992), a necessidade de importações de trigo pelo Brasil em média anual, é de 4,25 milhões de toneladas que correspondem quase a totalidade das exportações argentinas (4,4 milhões de toneladas). Assim "se o excesso de demanda brasileira tivesse que ser atendido por importações dos países-membros do Mercosul, ou seja, da Argentina porque Uruguai e Paraguai produzem pouco desse cereal (vide tabela 1), aquele país teria que destinar todas as suas exportações de trigo ao Brasil ou aumentar sua produção".

Há possibilidade da produção Argentina expandir para 13,5 milhões de toneladas, aproximadamente, caso haja um cenário de preços favoráveis para esse produto, principalmente em relação a soja.

A produção de 13,5 milhões de toneladas corresponde, ainda, segundo Stülp, à soma dos consumos de trigo do Brasil e da Argentina (incluído o uso para sementes). Contudo, para atender a demanda Brasileira, a Argentina deveria abdicar das exportações de trigo para terceiros países e não poderiam ocorrer perdas na armazenagem e transporte do cereal.

Como há perspectivas de aumento de consumo de trigo nos dois países em função do crescimento populacional, a Argentina dificilmente abdicará das exportações para terceiros e a meta de 13,5 milhões de toneladas exigirá mudança de tecnologia através de maior uso de insumos pelo produtor argentino, conclui-se que, possivelmente, o Brasil terá que contribuir para o abastecimento do mercado interno.

2 - Brasil

O Brasil sempre se mostrou como importador de trigo, só a partir de 1985 que a produção nacional passou a contribuir com mais de 50% do abastecimento interno. Esta expansão na produção foi o resultado da política de investimentos do Governo Federal e da iniciativa privada no setor após a primeira crise do petróleo em 1973 e em 1982, quando a política de incentivos ao setor foi reafirmada em face da crise da dívida externa no país.

A produtividade média do período de 1977 a 1984 era de 904 kg/ha e aumentou para 1700 kg/ha em 1989 (significando um incremento de 85%), em função da introdução de variedades mais produtivas, do melhor controle sanitário da cultura e da adoção de outras inovações tecnológicas. Superou-se, em parte, o grande entrave na triticultura nacional que eram os baixos níveis de produtividade, como pode ser observado na tabela 4.

TABELA 4

TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NO BRASIL (1977/1984 e 1985 a 1992)

ANOS	ÁREA (1000ha)	PRODUÇÃO (1000t)	RENDIMENTO (kg/ha)
MÉDIA 77/84	2573	2326	904
1985	2670	4322	1619
1986	3897	5638	1447
1987	3440	5889	1712
1988	3428	5390	1572
1989	3229	5500	1703
1990	2226	3300	1456
1991	1995	2921	1464

Fonte: IBGE

Dentre os principais estados produtores, atualmente o Paraná destaca-se em posição mais vantajosa quando comparado ao Rio Grande do Sul e São Paulo. O primeiro estado é responsável pelo aumento de área plantada no Brasil, compensando a redução de área verificada no Rio Grande do Sul, anteriormente o maior estado produtor. Comparando as produtividades dos principais Estados produtores observa-se que o Paraná alcançou o maior nível de produtividade no período de 87/89 (tabela 5)

TABELA 5

TRIGO - PRODUTIVIDADE MÉDIA (kg/ha) DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES (1987 1989)

ESTADOS PRODUTORES	MÉDIA 87/89
PARANÁ	1826
SÃO PAULO	1759
RIO GRANDE DO SUL	1707
MATO GROSSO DO SUL	1174
SANTA CATARINA	1154

Fonte: IBGE

A partir de 1986, o governo brasileiro passou a reduzir os investimentos de apoio a produção de trigo. Os preços de aquisição do cereal sofreram uma redução acentuada, exemplificando: em 1990 o preço pago aos produtores correspondia a cerca de 25% do que havia sido pago em 1986. Além disto, os recursos para financiamento de custeio foram reduzidos.

Verifica-se que a produção e produtividade do trigo nacional reduziu a partir de 90. Existem várias opiniões nos trabalhos consultados sobre os efeitos da desestatização da comercialização do trigo. Para a Organização das Cooperativas no Brasil - OCB (1991) o reflexo da retirada dos subsídios explica a queda na produção de trigo no país. Em contrapartida a análise do Ministério da Economia Fazenda e Planejamento - MEFP (1991) demonstra que ocorreu aumento de produção e produtividade entre 86 e 89 e que 1990 foi um ano atípico (fatores climáticos).

Na época em que o governo estabelecia preços de aquisição acima do mercado internacional o produtor brasileiro, na sua maior parte, buscava obter a máxima produtividade sem se preocupar com qualidade. A partir do momento da privatização da comercialização passou-se a exigir qualidade do cereal.

Como o trigo nacional, principalmente do estado do Rio Grande do Sul, é de qualidade inferior, os moinhos normalmente recorrem à importações de trigo, em especial o argentino de qualidade superior.

Conforme a avaliação do impacto da integração econômica - MERCOSUL realizada pelo MEFP (1991) a área mais seriamente atingida pela integração será a do Rio Grande do Sul em função da tecnologia empregada e as distâncias entre zonas produtoras e mercados de consumo agregado. Esta análise foi baseada em simulações de composição de preço do grão de diversas origens postas em São Paulo e Rio de Janeiro, e do custo de internalização do trigo importado.

III - Análise comparativa dos custos de produção no Mercosul

Observando a tabela de custos de produção de trigo nos quatro países membros do Mercosul nota-se que as diferenças de custos dos dois maiores produtores da região, Argentina e Brasil, são muito grandes. O custo de produção de uma tonelada de trigo argentino ao nível de rendimento de 2,0t/ha é de US\$ 71,40. Enquanto o custo do trigo brasileiro (média do Paraná e Rio Grande do Sul) situa-se ao redor de US\$ 183, com o nível de rendimento médio similar ao Argentino. Constata-se, então, que o custo argentino corresponde, aproximadamente, a 40% do custo brasileiro indicando que as vantagens da Argentina neste cereal são acentuadas com relação ao Brasil.

Verifica-se, também, que o custo de produção do trigo Uruguaio (US\$ 84,40t) é o que mais se aproxima do custo Argentino.

A explicação da diferença de custos de produção argentino e uruguaio versus o brasileiro reside nos custos

variáveis, especialmente em insumos como pode ser verificado na tabela 6. As despesas com insumos por tonelada de trigo no Brasil são quatro vezes maiores que na Argentina.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Economico e Social - IPARDES (1989), o baixo custo de produção de trigo argentino decorre de solos extremamente férteis e planos - praticamente sem acidez - onde os gastos com fertilizantes e calcário são mínimos e seu clima é desfavorável ao desenvolvimento de doenças e pragas diminuindo em muito o uso de agrotóxicos.

Outro fator que contribui para o menor custo argentino é o fato de ser comum naquele país, o sistema de contratar máquinas (Stülp, 1992). Isto diminui os custos com reparos de máquinas e implementos e das respectivas depreciações que no Brasil são bastante elevadas como pode ser observado na tabela 6.

Com base no estudo do IPARDES (1992), a carga tributária incidente nos custos de produção de trigo na Argentina é superior ao do Brasil. O peso dos impostos na produção de trigo Argentino é de 26%, enquanto no Paraná e Rio Grande do Sul oscila em torno de 8% a 11%. Esta diferença na carga tributária entre os dois países não elimina as vantagens comparativas em relação aos custos de produção da Argentina.

Apesar da Argentina ser o maior produtor de trigo do Mercosul e de seus custos de produção serem os menores do mundo - apresentando as melhores condições competitivas dentro da região,

a sua capacidade de produção de grãos é bem limitada pela extensão da região do Pampa. Portanto, o Brasil deve buscar as condições para aumentar sua produção e a qualidade do cereal.

Recomendações

Apresentam-se a seguir as principais recomendações para o setor do trigo constantes nos trabalhos da "Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial do Mercosul":

1 - Diagnóstico do Trigo - CNA/MEFP

1.1 - Grande parte da área colhida no Brasil não atinge a produtividade de 2000kg/ha indicando que uma política de indução à modernização da cultura de trigo no Brasil dispõe de importantes avanços tecnológicos passíveis de serem incorporados possibilitando o aumento da produtividade média.

1.2 - A qualidade do trigo para fins industriais da região do Sul do Paraná e do Rio Grande do Sul não apresenta a quantidade de glúten necessária necessitando ser misturada ao trigo importado. A modernização tecnológica possibilitará o aumento dos volumes de glúten do grão reduzindo as necessidades de importação de trigo de melhor qualidade.

1.3 - O consumo humano de trigo no Brasil em sua maior parte (69%) é realizado na forma de panificados e em massas e biscoitos. Observa-se que nem o setor de panificadores nem o de massas estão

integrados verticalmente aos moinhos demonstrando que há condições de atingir uma parcela considerável do mercado mediante integração vertical de moinhos associados à indústria de alimentos, massas e biscoitos.

1.4 - Há possibilidades de redução de preço do grão desde que o governo esforce-se para reduzir os custos dos fertilizantes, sementes, óleo diesel e combustível e portuários, já que os preços destes insumos no Brasil apresentam-se bem acima dos níveis argentinos e internacionais.

1.5 - A capacidade de instalação de moagem no Brasil é concentrada em zonas de consumo humano e insuficiente em algumas zonas produtoras e importadoras de grãos, o que vem onerando os custos de transporte de matéria-prima e farelo. Recomenda-se a realização de estudos de dimensão econômica de plantas de moagem e plantas industriais de massas e biscoitos em função da dimensão do consumo local.

1.6 - Sugere-se priorizar medidas de política econômica no sentido de induzir: a) a alteração tecnológica na produção de grãos e de fertilizantes, na estrutura portuária e de transportes; b) a realocação industrial das indústrias de moagem de massas e biscoitos e de fertilizantes; c) a harmonização de políticas tributárias; comércio exterior e tarifa comum frente aos subsídios de países desenvolvidos.

2 - Sindicato das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul - FIERGS/COMESUL

2.1 - Harmonização das diferenças do setor frente ao Mercosul:

2.1.1 - nas normas de padrões de identidade e qualidade (PIQ) e nas normas que regem as instalações;

2.1.2 - nas especificações de rotulagem;

2.1.3 - no acesso às matérias-primas;

2.1.4 - na Legislação Tributária e na Previdenciária;

2.1.5 - nas autorizações de exportações.

2.2 - na Padronização da regulamentação de rótulos, aditivos, padrões de identidade, microbiologia nos moldes do "CODEX ALIMENTARIUS". Esta padronização deve ser feita sem prejudicar os países membros.

2.3 - Nas reuniões setoriais. O Brasil deve exigir maior troca de informações dos países vizinhos.

3 - Setor de Massas e biscoitos

3.1 - Há deficiência na produção de trigo do tipo duro adequado para fabricação de massas no Brasil. A importação da Argentina

desse tipo de trigo complementaria a produção brasileira e permitiria o intercâmbio na exportação de trigo soft para indústria de panificação.

3.2 - Os países-membros do Mercosul devem ser considerados como partícipes de um mercado integrado que permita a evolução dos sistemas agroindustriais, capacitando-os a concorrer com os demais mercados.

3.3 - Tratamento equânime para cadeia de trigo que possibilite a reciprocidade nas relações de trocas entre os países-membros.

3.4 - Com relação às diferenças geológicas e climáticas o processo integrativo deve ser direcionado para complementaridade. O Cone Sul produz farinhas de aptidões que são complementares para fins de panificação e de biscoitos

3.5 - A defesa da triticultura nacional através da busca de cultivares de qualidade e produtividade convenientes, que permitam o intercâmbio.

3.6 - Adequação da produção nacional de trigo aos padrões do mercado internacional.

3.7 - Equalização dos fatores de produção, das normas sanitárias e metrológicas.

3.8 - Incremento no consumo per capita brasileiro para absorver o excedente exportável dos países do MERCOSUL.

4 - Organização das Cooperativas do Brasil - OCB

4.1 - Definir mais concretamente como os países integrantes do Mercosul se posicionarão frente a concorrência desleal dos países desenvolvidos, salienta que esta definição tornará mais clara a concorrência permitindo medir a competitividade dos produtos da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.

4.2 - Equacionar as várias políticas tributárias e seus efeitos sobre a produção e o comércio dos países membros do Mercosul avaliando:

4.2.1 - As tarifas que incidem sobre as importações agrícolas como também dos próprios produtos agrícolas e de seus derivados;

4.2.2 - Os impostos IPI e ICMS e contribuições previdenciárias;

4.2.3 - outros tributos que oneram a produção e seus insumos.

4.3 - Analisar o impacto social no setor em virtude da integração. Levando-se em conta que a maior parte da produção tritícola no Brasil está concentrada nos estados do Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo conduzida em pequenas propriedades rurais.

4.4 - A eventual inviabilização da cultura do trigo, na falta de outra opção de cultura de inverno, tornaria as culturas de verão anti-econômicas, como é o caso da soja, provocando graves problemas para os minifúndios.

4.5 - Deve-se considerar os aspectos relacionados a estratégia do desenvolvimento do País, já que corre-se o risco de aumentar a dependência externa em virtude do incremento das importações de trigo.

Tabela 6

Custos de Produção e Incidência Tributária na Produção de uma tonelada de Trigo nos Estados – Partes do MERCOSUL

Itens de Custo	Brasil		Argentina US\$	Paraguai US\$	Uruguai US\$	Brasil		Argentina %	Paraguai %	Uruguai %
	PR US\$	RS US\$				PR %	RS %			
Custos Incluindo Impostos										
.Insumos	87.49	95.68	21.20	86.93	38.50	51.64	48.75	29.69	43.85	45.62
.Maquinas e Implementos	26.61	32.91	9.02	77.63	15.00	15.71	16.77	12.63	39.16	17.77
.Mão-de-obra	14.81	20.29	8.59	5.15	8.10	8.74	10.34	12.03	2.60	9.60
-Permanente	12.90	18.50	8.59			7.61	9.43	12.03		
-Temporário	1.91	1.79				1.13	0.91			
.Custo Financeiro	4.76	10.09	9.09	11.76	9.50	2.81	5.14	12.73	5.93	11.26
.Depreciação	28.86	29.86	9.61		8.20	17.03	15.21	13.46		9.72
.Seguros	4.40	4.83	7.03	16.42	3.50	2.60	2.46	9.85	8.28	4.15
.Imposto sobre a terra	2.50	2.61	6.86	0.36	1.60					
Custo Total	169.43	196.27	71.40	198.25	84.40	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Impostos e Contribuições										
.Sobre bens e serviços	6.47	11.19	7.56	4.54	10.19	3.82	5.70	10.59	2.29	12.07
.Sobre salários	4.07	6.68	4.02	1.09	2.43	2.40	3.40	5.63	0.55	2.88
.Sobre a terra	2.50	2.61	6.86	0.36	1.60	1.48	1.33	9.61	0.18	1.90
Total de Impostos	13.04	20.48	18.44	5.99	14.22	7.70	10.43	25.83	3.02	16.85
Custos Sem Impostos	156.39	175.79	52.96	192.26	70.18					

Fonte: IPARDES

Bibliografia

- 1 - BRASIL, MINISTÉRIO DE ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. SUBSÍDIOS técnicos do subgrupo nº 8 - Mercosul: diagnóstico do trigo jul/91.
- 2 - FIERGS - Federação e Centro da Indústrias do Rio Grande do sul. Comissão para Assuntos do MERCOSUL. Termos de Referência sobre os setores da economia do Rio Grande do Sul face ao processo de integração. Pelotas: FIERGS julho. 1992.
- 3 - IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social MERCOSUL: Tributação e custos na agropecuária. Curitiba, 1992.
- 4 - IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Acordos Brasil/Argentina: Grupos de interesse e impactos no complexo do trigo nacional. Curitiba, 1989.
- 5 - MERCOSUL. SUBGRUPO Nº 8: Política Agrícola. Delegación Argentina. SECTOR TRIGUEIRO. Buenos Aires, 1991.
- 6 - Organização da Cooperativas Brasileiras. Departamento Técnico e Econômico TRIGO - MERCOSUL: Harmonização de políticas visando a integração econômica. Brasília, 1991.

7 - STÜLP, Valter José. Tecnologia, custos e competitividade no MERCOSUL: caso do trigo, soja milho e arroz. São Paulo: USP. Instituto de Estudos Avançados, set. 1992.

Setor Lácteo: Alguns Aspectos da Competitividade do Brasil no MERCOSUL.

I- Apresentação

O setor lácteo no Brasil é um dos setores mais sensíveis ao processo de integração do MERCOSUL.

Os dados da tabela 1 mostram que a produção de leite no Brasil situa-se em torno de 92 litros por pessoa, enquanto na Argentina e no Paraguai a mesma é de 211 e 328 litros por pessoa, respectivamente.

A grande diferença está na produtividade. Em países desenvolvidos como EUA, Dinamarca, Canadá, Japão, Suécia, Holanda e Finlândia a produtividade por vaca ordenhada está em torno de 5.700 litros/ano (tabela 2). Na Argentina a produtividade é de 2.200 litros/ano, quase o mesmo patamar de países como a França, Polônia e Ex URSS. O Brasil, no entanto, tem produtividade por vaca ordenhada da ordem de 731 litros/ano, inferior, até mesmo a produtividade da Índia e da Colômbia que é de 793 e 930 litros/ano, respectivamente.

Com a entrada em vigor do Tratado de Assunção que determina a livre circulação de bens e serviços nos quatro países signatários do tratado (Argentina, Brasil Paraguai e Uruguai) a partir de 1º/01/1995, advém o temor de que o setor de lácteos no

Brasil não sobreviva à entrada de produtos lácteos argentinos a preços inferiores aos praticados internamente.

Nesta nota pretende-se analisar alguns aspectos da produção de leite no Brasil e na Argentina, enfatizando a questão da competitividade de cada país e as recomendações de política econômica mais relevantes contidas em alguns documentos da "Base de Dados da Integração Agrícola Agroindustrial do MERCOSUL".

II- A Produção de Leite na Argentina, Algumas Comparações com o Brasil

Cerca de 90% da produção argentina de leite concentra-se na área pampeana úmida. Esta região caracteriza-se por apresentar solos de altíssima fertilidade natural (65 ppm de fósforo e 4% de matéria-prima orgânica), topografia extremamente plana, temperatura amena, regime hídrico bem distribuído, etc. Neste sentido, os altos índices de produtividade alcançados pela Argentina, que são muito superiores ao do Brasil, decorre basicamente das vantagens comparativas naturais do pampa úmido.

As províncias produtoras de leite são as seguintes, (por ordem de importância): 1) província de Córdoba (29%), Santa Fé (28,5%), Buenos Aires (26,3%), e em menor medida, Entre Rios (3,3%) e La Pampa (0,7%).

Dentro da província de Buenos Aires se distinguem 4 regiões principais:

a) zona de abastecimento da Cidade de Buenos Aires e a "Grande Buenos Aires". É o centro de consumo mais importante do país, integra uma zona que se estende num raio de 100 a 200 Km da cidade de Buenos Aires.

b) zona N.O de La Província de Buenos Aires: É a segunda zona em importância dentro da província. É uma zona tipicamente industrial.

c) "Cuenca" de Tandil: A incidência da produção industrial nessa zona tende a decrescer, ficando cada vez mais importante o leite para o consumo das cidades de Mar del Prata e zonas litorâneas da província. Hoje sua produção é absorvida por partes iguais para o consumo e a indústria.

d) zona de influência de Bahia Blanca: zona de reduzida importância que recentemente passou a destacar-se devido a adoção de tecnologia e manejo moderno.

É na província de Buenos Aires que predominam os grandes produtores de leite do país (cerca de 2.000 litros/dia) são os produtores mais tecnificados e que utilizam maior quantidade de insumos comprados (ração para animais, inseminação artificial, controle sanitário, etc.).

A província de Santa Fé apresenta duas grandes concentrações de produção láctea:

a) Zona Central: esta zona é considerada como a mais competitiva do país. Sua produção se destina fundamentalmente para a indústria (fabricação de queijos, leite em pó e derivados lácteos). Predominam os pequenos produtores de cerca de 500 litros/dia/produtor)

b) Zona Sur: abrange um raio de 150 Km da cidade de Rosário e é considerada uma zona mista em termos de destino da produção (consumo e industrialização).

Na província de Córdoba distinguem-se três zonas: 1) Villa Maria, 2) Departamento San Justo e 3) Abasto de Córdoba. A mais importante da província é a "Cuenca de Villa Maria, é considerada uma zona industrial que destina sua produção especialmente para a produção de queijo em pasta "blanda".

No Brasil as principais regiões produtoras de leite são as regiões Sul 21,83% e Sudeste 48,95% da produção nacional. Os maiores estados produtores de leite são Minas Gerais (29,37%), São Paulo (14,09%), Rio Grande do Sul (9,97%), Goiás (8,21%), Paraná (7,16%) e Bahia (5,05).

Na região Sudeste (mais importante região produtora de leite no país) os estabelecimentos produtores de leite são, na grande maioria, de até 500 hectares. Nesta região a produtividade vaca/ano é superior 1.000 litros desde de 1980.

Na região Sul, 86,5% dos estabelecimentos produtores de leite possuem até 50 hectares. A produtividade vaca/ano nessa região atingiu 1225 litros em 1980/1985.

Na pecuária leiteira do Brasil convivem produtores muito diferentes, desde aqueles que têm como atividade principal a pecuária de corte e ou possuem vacas para outra finalidade (força de tração) até aqueles grandes pecuaristas que têm na pecuária leiteira a sua atividade principal. Devido a isso a produtividade média das regiões Sul e Sudeste, apresentada anteriormente, pode estar subestimando a produtividade dos grupos mais significativos da pecuária leiteira, que têm no avanço tecnológico e na produtividade do rebanho a sua principal estratégia de crescimento.

Na região Sudeste distinguem-se três sistemas principais:

a) o primeiro sistema é constituído por produtores que entregam até 50 litros diários e apresentam produtividade de cerca de 900 kg/vaca/ano. O leite não é atividade principal, portanto não incorporam tecnologias de mercado e não contabilizam custos. São inúmeros pequenos produtores localizados principalmente no nordeste do Rio de Janeiro, sul do Espírito Santo, zona da Mata, nordeste e centro de Minas Gerais e oeste de São Paulo.

b) o segundo grupo é formado por produtores que entregam de 100 a 500 litros por dia, ofertam 50% da produção regional e apresentam produtividade 2 a 3 vezes maiores que a média brasileira. Seus

rebanhos são melhores que o do grupo anterior, todavia não se constituem raças depuradas e utilizam parcialmente as recomendações tecnológicas. Estes estabelecimentos são encontrados em todos os estados da região Sudeste e da região norte do Paraná.

c) o terceiro sistema de produção identificado é aquele onde predomina os grandes produtores. Este grupo entrega acima de 500 litros/dia, com índices de produtividade do rebanho de 2.500 litros/vaca/ano. O percentual desses produtores é pequeno, mas a sua contribuição à produção é elevada. Esses estabelecimentos são encontrados principalmente no sul de Minas Gerais, no leste e centro de São Paulo e no centro-sul do Paraná.

Na região Sul foram identificados três tipos de sistema de produção representativos:

a) o primeiro sistema caracteriza a produção de leite tradicional de pequena escala e incorporação de tecnologia moderna incipiente. Apresenta baixa produtividade de vacas ordenhadas (750 litros/ano).

b) o segundo sistema também opera em escala pequena e em pequenas propriedades. Todavia, faz uso de tecnologia intermediária e alcança produtividade anual de vaca em lactação da ordem de 1.700 litros/ano.

c) o terceiro sistema é o que utiliza tecnologia mais avançada e escala maior de produção, com 20 vacas em lactação e produtividade de 2.570 litros anuais por vaca.

Uma breve análise das produtividades regionais e das características de produção dos produtores de leite do Brasil e da Argentina, permite concluir que os produtores que serão mais afetados pelo processo de integração do MERCOSUL são os pequenos de até 50 ha e com produtividade inferior 2.000 litros/vaca/ano. Vale notar, que é na região Sul do País onde predomina este tipo de produtor, e que esta região também é a que está mais exposta a concorrência devido a sua maior proximidade com a Argentina. Acrescenta-se que a região Sul possui perto de 140.000 pequenos produtores que comercializam leite, utilizando tecnologia com produtividade em torno de 1.600 litros/vaca/ano. Vale lembrar ainda, que outra característica desses produtores é a utilização da mão-de-obra familiar. Supondo uma família média de 4 pessoas tem-se um contingente próximo de 560.000 pessoas envolvidas de alguma maneira na produção de leite e que poderão ser afetados negativamente pelo processo de integração do MERCOSUL em curso.

III- Alguns Comentários sobre os Custos de Produção do Leite no Brasil e na Argentina.

Os dados da tabela 3 permitem uma breve aproximação do que representam as maiores produtividades alcançadas pela Argentina na produção de leite, em termos de custos de produção e preços ao consumidor.

A tabela 3 apresenta o "preço de saída" do leite para o Brasil e para a Argentina. Preço de saída é definido pelos autores da tabela (Lopes e Jank, 1992), como sendo o preço que cada componente da cadeia transmite ao segmento imediatamente posterior. Para a Argentina foram considerados três modelos de produção: modelo 1 e modelo 2 formados pela região sudoeste de Santa Fé e noroeste da Província de Córdoba, respectivamente, e modelo 3, formado pela província de Buenos Aires. Importante lembrar, que a região que compreende os modelos 1 e 2 é responsável por 70% da produção leiteira argentina. Para o Brasil considerou-se a planilha de custos do Centro nacional de Pesquisa do Gado Leiteiro-CNPGL da EMBRAPA para os leites C e B, e os custos foram estimados a partir de estabelecimento rural representativo de atividade leiteira.

A principal constatação que chama atenção na tabela 3 é que os preços do leite fluído ao consumidor (leite c) são de cerca de 43 centavos de dólar para o Brasil e Argentina. No entanto, enquanto o preço recebido pelos produtores da Argentina está por volta de 17 centavos de dólar, no Brasil os produtores recebem em torno de 20 centavos de dólar. Esta diferença de preços reflete os menores custos que têm os produtores argentinos, em alimentação, sanidade e reprodução do rebanho, dado as pastagens naturais existentes naquele país. O que ocorre é que como o preço no varejo é igual para os dois países, conclue-se que a competitividade do Brasil no processamento e na distribuição do leite compensa a maior competitividade argentina na produção pecuária, fazendo com

que o produto brasileiro se torne competitivo a nível de consumidor.

VI- Recomendações de Política Econômica para o Setor Lácteo Brasileiro.

Este item tem o objetivo de apresentar as principais recomendações de política para o setor lácteo contidos nos documentos consultados para a "Base de Dados da Integração agrícola e Agroindustrial do Mercosul".

a) O Estado deve exercer o importante papel de isolar as distorções dos mercados externos no mecanismo de transmissão de preços aos mercados internos.

b) É importante que se use o instrumento da tarifa para todos os setores, isto é, que sejam adotados para a agropecuária em geral - para o leite em particular - os mesmos critérios de seleção de níveis tarifários dos produtos manufaturados.

c) Deverão ser banidas em definitivo as chamadas reduções "temporárias" de tarifas, para "combater" a inflação, especulação e outras razões. É preciso haver um compromisso de longo prazo com a pecuária leiteira.

d) As tarifas sobre todos os insumos usados direta e indiretamente na produção, processamento, e distribuição deverão ser zeradas igualmente.

e) A estabilidade de preços é imprescindível para a sobrevivência da produção tecnologicamente moderna. Não se pode discutir a integração ao MERCOSUL sem uma discussão prévia da política governamental em relação ao grave problema de instabilidade de preços. A instabilidade e o risco de preços são letais, para o uso de tecnologia na produção de leite.

f) É indispensável eliminar as distorções de tributação entre o Brasil e Argentina na cadeia do leite.

g) É indispensável assegurar a participação do setor privado nas negociações das harmonizações de políticas, como membro permanente das delegações oficiais.

h) É preciso fazer ajustes nas políticas de intervenção do governo nos mercados brasileiros. Um ponto importante para o estudo é a possibilidade de se implantar um preço de liberação de estoque e importações para o leite.

i) O governo deveria estabelecer uma hierarquia de medidas começando por produtos sensíveis como o leite, cujo potencial de deslocamento de produção e mão-de-obra e de geração de prejuízos sociais internos é maior.

Bibliografia Consultada

1. Argentina, Secretaria de Planificacion. Direccion Nacional de Analisis y Programacion Regional: "Competitividad de La Indústria produtora de Lacteos y Derivados; version preliminar.
2. Lopes, Mauro de Rezende e JANK, Marcos Sarvaya - ABPLB - Associação Brasileira de Produtores de Leite B: "O setor leiteiro, a intervenção do Estado e o MERCOSUL: Análise e proposta de estratégia política" (dez, 1992).
3. Lopes, Mauro de Rezende e JANK, Marcos S. Faria, Yuri - ABLPB - Associação Brasileira dos Produtores de Leite B - "Caracterização do Setor Lácteo Argentino, algumas comparações com o Brasil" (dez, 1992).
4. Konzen, Guilherme O; Fensterseifer, Jaime E e Rodrigues, Luciano. - "Complexo Agroindustrial do Leite". Projeto BRA/91/014 - Relatório Parcial (Fev, 1993)*
5. Rivas, Alejandro e Petri, Gerardo - Argentina. Dirección de Economia Agraria e Assuntos Internacionais: "El Complejo lácteo argentino. (1991).

* Este documento ainda não faz parte do acervo disponível no Projeto - MERCOSUL: Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial, por se tratar de Relatório Parcial.

Tabela 1

MERCOSUL - Produção de Leite per capita - 1989

Países	Produção (toneladas mil)	Habitantes (milhões)	Lts/Hab/ano
Argentina	6,725	31,930	211
Brasil	13,609	147,404	92
Paraguai	210	4,157	51
Uruguai	1,020	3,105	329
Total	21,564	186,596	116

Fonte: Anuário FAO - 1989, in Garcia, A IBavio: La Industria Lechera en Latinoamérica y Caribe y Sus Perspectivas.

Tabela 2

Produtividade mundial de Leite - Alguns Países (1)

Período: 1979/81, 1987, 1988 e 1989

Países	Anos			
	1979/81	1987	1988	1989
Israel	6,817	8,464	7,946	7,991
EUA	5,377	6,260	6,466	6,521
Dinamarca	4,920	5,948	6,107	6,333
Canadá	4,404	5,573	5,689	5,806
Japão	4,526	5,176	5,485	5,468
Suécia	5,257	6,010	6,069	5,391
Holanda	4,572	5,062	5,149	5,236
Finlândia	4,572	5,062	5,149	5,236
Alemanha	4,479	4,813	4,760	4,750
Inglaterra	4,785	4,737	4,909	4,694
Polônia	2,778	3,154	3,219	3,367
França	3,163	3,011	2,978	2,950
Ex - URSS	2,095	2,426	2,523	2,586
Argentina	1,746	2,230	2,171	2,200
Colômbia	965	952	956	930
Índia	522	677	772	793
Brasil	712	736	729	731
Mundo	1,985	2,073	2,107	2,109

(1) Produção anual de leite / ano / vaca ordenhada

Fonte: Production Yearbook - FAO, in Projeto. BRA/91/014 - Complexo Agroindustrial do Leite

Tabela 3

Brasil/Argentina - Preço de Saída de Leite Fluído

Itens	Preço de Saída (1) (US\$ Cents/l)				
	Argentina (2)			Brasil (3)/c	
	mod 1	mod 2	mod 3	C - CNPGL	B - EMBRAPA
Produção	16.5	17.2	17.9	19.6	27.3
Frete - A(1º percurso)	20.2	20.9	21.7	21.6	29.3
Posto de Recepção	0.0	0.0	0.0	22.6	30.3
Frete - B(2º percurso)	23.7	24.4	25.1	24.8	32.5
Usina	35.1	35.1	35.1	33.8	41.6
Frete - C(3º percurso)	40.1	40.1	40.1	38.8	46.6
Varejo	34.5	43.5	43.5	43.0	51.8

(1) O Preço de Saída é o preço que cada componente da cadeia transmite ao segmento imediatamente posterior

(2) Modelo 1 e 2: Formada pela região Sudoeste de Santa Fé e Noroeste da Província de Córdoba - Esta região é responsável por 70% da produção leiteira Argentina; Modelo 3: Formada pela Província de Buenos Aires

(3) Para o Brasil foi utilizada a planilha de custo para leite fluído do Centro Nacional de Pesquisa do Gado Leiteiro - CNPGL

Fonte: Lopes, Mauro R. e Jank, Marcos S. in Associação Brasileira dos Produtores de Leite B (ABPLB), O Setor Leiteiro, A Intervenção do Estado e o MERCOSUL: Análise e Proposta de Estratégias Políticas, (dez/1992)

QUADRO I

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SETOR LÁCTEO DO BRASIL E DA ARGENTINA

DISCRIMINAÇÃO	ARGENTINA	BRASIL
Produção anual de leite	6 bilhões de litros/ano produzidos em 35.000 fazendas leiteiras	15 bilhões de litros de leite/ano (sendo 9 bilhões controlados pelo SIF)
Principais zonas produtoras	Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba (representam 95% do total produzido)	Regiões Sul e Sudeste 48,95% e 21,33% da produção nacional, respectivamente
Mão-de-obra	Mão-de-obra familiar e Mão-de-obra "tambero mediero. 1/	Mão-de-obra familiar e contratada
Destinação do leite	25% do leite fúido 46% queijo 9,0 manteiga	50% leite flúido 25% leite em pó 20% transformação em queijos 5% transformação em manteiga doce de leite creme
Consumo per capita de leite	180 a 200 litros de leite hab/ano	Aproximadamente de 90 a 100 litros de leite/hab/ano
Grau de utilização de concentrado para rebanhos *	Para rebanhos produzindo 3.500 kg/vaca/ano= consumo de apenas 310 kg de concentrado/vaca/ano	Para rebanhos produzindo 3500 kg/vaca/ano = consumo de 1200 a 1400 kg de concentrado/vaca/ano
Utilização de sal mineral p/alim. do rebanho	Não utiliza	Utiliza
Laticínios	Em relação ao Brasil os laticínios da Argentina estão em piores condições	Os laticínios estão melhor equipados no termos de capacidade instalada (maiores economias de escala) como de tecnologia de de produção.
Produção de queijo	280 mil/t/ano	Aproximadamente 350 mil/t/ano sendo 70% vendidas sob controle do SIF
Consumo per capita de queijos	2,3 kg/ano	8 kg/ano
Nível de preço para o produtor de leite C	14 a 16 centavos de dólar por litro	20 centavos de dólar por litro

A viticultura Brasileira: Alguns Problemas com o MERCOSUL

I - Apresentação

A produção de uvas no Brasil concentra-se em poucos estados localizados nas regiões Sul e Sudeste. A tabela 1 mostrou que em 1985 estas regiões contribuíram com mais de 90% da produção de uvas do País.

A produção do Nordeste e a do estado de São Paulo destinam-se basicamente para o consumo in natura, enquanto que a produção para fins industriais localiza-se principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A produção de uva para o consumo in natura, devido a várias especificidades, não enfrentará maiores problemas com a formação do MERCOSUL. Os produtores de uva de mesa apresentam mercado comprador mais atomizado o que lhes garante maior poder de barganha para conseguir melhores preços em seus produtos. Outra especificidade da uva destinada ao consumo in natura é que sua produção tem custos mais baixos, uma vez que as variedades cultivadas para essa finalidade são menos exigentes em tratamentos culturais: além desses fatores acrescenta-se que a produção de uva de mesa do país localiza-se, em grande proporção, nos estados de São Paulo e Pernambuco, e dado os altos custos de transportes e a alta perecibilidade do produto, conclui-se que o MERCOSUL não trará grandes impactos para os produtores desses estados.

O contrário, no entanto, se pode dizer da produção de uvas para fins industriais. Esta concentra-se basicamente em duas microrregiões: Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina e Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, onde predominam principalmente pequenas propriedades rurais que empregam, sobretudo, mão-de-obra familiar.

Nesse sentido, a preocupação, maior no que se refere a uvas no MERCOSUL é com o segmento de produtores de uva para a vinificação que vêem nos produtores argentinos seus maiores concorrentes. Este ensaio tem o objetivo de apresentar alguns problemas enfrentados por esses produtores e que poderão ser agravados com a vigência do MERCOSUL em 1º/01/1995.

II - Alguns Problemas da Viticultura Brasileira

As microrregiões onde predominam viniculturas para fins industriais caracterizam-se por terem uma topografia muito acidentada e pouco propícia à mecanização, resultando em maior necessidade de mão-de-obra, e em elevados custos de produção. O baixo índice de mecanização ocasiona baixos índices de eficiência da mão-de-obra utilizada nos vinhedos, o que faz com que a produção se realize em módulos de vinhedos pequenos que não permitem otimizar fatores fundamentais de produção como máquinas e mão-de-obra. Em consequência, a otimização dos custos de produção se dá com a elevação do módulo de vinhedos (tabela2), marginalizando os pequenos; que por serem economicamente inviáveis passam a ser cultura subsidiária ou complementar. Segundo documento da União Brasileira de Vitivinicultura - UVIBRA (1992) a

única forma da vinicultura se tornar competitiva seria através da modernização do vinhedo, tanto na sua forma de condução (passar do vinhedo "latada" para espaldeira), que permite maior índice de mecanização; bem como pela elevação do módulo do vinhedo que otimizará a renda do produtor através da melhor qualidade de seu produto e do aumento de sua competitividade.

Outro Estudo elaborado pela UVIBRA (1991) aponta, como grande problema da viticultura, a elevada tributação embutida nos custos de produção da uva, o que, segundo o documento, corrobora com a diminuição da competitividade da mesma. A carga tributária no custo total de produção é estimada em 11,28%, isto sem contar com o FUNRURAL pago pelo produtor sobre o valor da venda do produto. (tabela 4)

Por último, chama-se atenção para o fato de que o produtor de uva não está plenamente organizado em cooperativas, isto faz com que tenha muita desvantagens no momento da venda de seu produto, já que o mesmo é perecível e o produtor não conta com muitas opções de venda. Segundo Mattuella e Arede (1993) este fato tem levado muitos produtores a buscar outras alternativas fora da atividade vitícola para o seu sustento, mudando o perfil do empreendimento agrícola. Em 1985, a produção de uva representava 67,35% do valor bruto da produção dos produtores pesquisados pela EMBRAPA, reduzindo-se para 47,99% em 1991.

Na Argentina, o próprio produtor vinifica seu produto o que lhe proporciona vantagens frente aos produtores brasileiros e uruguaios que vendem a uva para as vinícolas.

III - CUSTOS DE PRODUÇÃO DA UVA NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Com o objetivo de comparar o desempenho das atividades agrícolas dos países do MERCOSUL, foi desenvolvido amplo estudo referente ao setor primário do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sob a orientação da GESELLSCHAFT FÜR TECHINISCHE ZUZAMMENARBEIT - GTZ da Alemanha sob a coordenação do Ministério de Ganaderia, Agricultura e Pesca - MGAP do Uruguai. A tabela 5, que mostra o custo de produção de vinhedos no MERCOSUL, foi desenvolvida, a partir desse estudo, seguindo o mesmo critério metodológico para os 3 países. (1)

Observa-se a partir dos dados da tabela 5 que a viticultura brasileira é a que apresenta menor competitividade. Enquanto na Argentina e no Uruguai os produtores conseguem obter margem líquida positiva depois de cobrirem todos os custos, no Brasil a receita é insuficiente para cobrir todos os custos, fazendo com que os produtores apresentem prejuízos; indicando que a implementação plena do acordo do MERCOSUL, em janeiro de 1995, poderá trazer problemas para esse setor se não forem feitos os ajustes necessários.

(1) A produção de uvas no Paraguai é incipiente, razão pela qual não foi considerada nesse estudo.

IV - RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA PARA O SETOR DE VITINICULTURA

Os documentos da "Base de Dados agrícolas e Agroindustrial do MERCOSUL" consultados para o setor UVA/VINHO trazem as seguintes conclusões e recomendações de política econômica que, se implementadas, poderiam aumentar a competitividade do setor.

1 - A análise das receitas e custos de produção mostra que a atividade vitícola no Brasil é deficitária, aos preços vigentes atualmente. Esta situação restringe a competitividade da produção nacional no MERCOSUL, principalmente para as viníferas de qualidade superior. Para a uva comum a alternativa seria a produção de suco concentrado pois sua capacidade é própria para essa finalidade. No entanto, será necessária a adoção de uma boa política de MARKETING, já que o mercado para este tipo de suco ainda é incipiente para dar conta da produção obtida a partir do processamento de toda matéria prima produzida.

2 - Para evitar um problema social, já que a vitivinicultura é fonte de renda de muitas famílias, será necessário algum programa de reconversão: O programa poderia indicar cultivos alternativos ou formas de modernizar os vinhedos.

3 - A Argentina será um competidor moderado em vinhos finos e forte em vinhos comuns e levará alguns anos até obter volumes consideráveis para abastecer seu mercado interno e também o Brasil.

4 - O padrão de qualidade dos vinhos finos argentinos bem como o dos vinhos comuns, devido à sua tecnologia de elaboração, mas principalmente a sua matéria-prima de elaboração, é a grande incógnita quanto à reação do consumidor brasileiro não acostumado a esse paladar. Entretanto, o preço do vinho argentino é competitivo e pode ser um fator indutor ao consumo.

5 - As divergências e conflitos não tarifários entre Brasil e Argentina deverão ser superados.

6 - Não foi satisfatoriamente avaliado o grau de competitividade entre Brasil e Argentina, no que se refere aos vinhos comuns. Esta avaliação deverá ser feita, especialmente no que se refere aos produtos a granel.

7 - Os prováveis impactos no setor vitivinícola, não só com a vigência do MERCOSUL, mas também com a competição de terceiros países, deverão ser sensivelmente maiores no setor primário de produção de uvas e entre os produtores do que no setor industrial.

8 - Estima-se que, num primeiro impacto, deixarão de ser considerados competitivos economicamente 6.561 produtores de uva, inviabilizando 6.905 hectares de vinhedos, com uma perda de 93.375 kg de produção de uva/ano.

9 - Deve-se atentar, sobremaneira, para a queda de economia de escala para todas as empresas, seja de vinhos comuns ou de vinhos

finos, bem como para a redução da margem de lucro, o que poderá inviabilizar economicamente a rentabilidade nas mesmas, provocada pela divisão do mercado ou pela maior dificuldade na aquisição da matéria-prima.

Tabela 1

Brasil – Produção de Uva por Estado, 1985 – 1990

Estado	Produção			
	1985		1990	
	t	%	t	%
Rio Grande do Sul	567,479	77.9%	538,705	68.5%
São Paulo	78,246	10.7%	126,225	16.1%
Santa Catarina	57,691	7.9%	70,805	9.0%
Paraná	16,138	2.2%	36,000	4.6%
Pernambuco	4,796	0.7%	14,483	1.8%
Minas Gerais	3,026	0.4%	nd	nd
Outros	1,047	0.1%	nd	nd
Total	728,423	100.0%	786,218	100.0%

nd – dados não disponíveis

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985 e Anuário Estatístico do Brasil - 1991 in Mattuela, J. e Arede, M. G. Análise da vitivinicultura Brasileira - Relatório Preliminar, IPEA - PNUD/BRA/91/014

Tabela 2

Custo da Uva Vinífera Nobre por Tamanho de Vinhedo

Extrato de área	Custo Levantado		Lucro/Prejuízo	
	US\$/Kg	índice	US\$/Kg	%
média	0.2211	100	-0.0193	-9.56%
até 2 ha	0.3052	138	-0.1033	-51.19%
2 a 5 ha	0.2322	105	-0.0304	-15.04%
+ de 5 ha	0.1857	84	0.0161	7.98%

Fonte: UVIBRA, Projeto PROVITIS: Fundo de Renovação da Vitivinicultura Gaucha

Tabela 3

Custo da Uva Comum por Tamanho de Vinhedo

Extrato de área	Custo Levantado		Lucro/Prejuízo	
	US\$/Kg	índice	US\$/Kg	%
média	0.0961	100	-0.0084	-9.54%
até 2 ha	0.1327	138	-0.0449	-51.17%
2 a 5 ha	0.1009	105	-0.0132	-15.01%
+ de 5 ha	0.0808	84	0.0070	7.98%

Fonte: UVIBRA, Projeto PROVITIS: Fundo de Renovação da Vitivinicultura Gaucha

Tabela 4

**Demonstrativo da Incidência da Carga Tributária
na Produção de Uva**

Item de Custo	% de incidência
Custo Variável	
.fertilizantes e corretivos	18.95
.produtos químicos	18.95
.outros insumos	23.95
.combustíveis e lubrificantes	23.95
.energia elétrica	23.95
.peças e acessórios	33.95
.mão-de-obra rural	8.00
.transporte da uva	16.55
.outros custos	0.00
Custo Fixo	
.depreciação de máquinas	33.95
.depreciação da parreira	23.95
.outros custos fixos	0.00
Custo total por hectare	11.28

Fonte: UVIBRA, in Mattuella, J. e Arede, M. G. (1993). Análise da Vitivinicultura Brasileira - IPEA - Projeto PNUD/BRA/91/014

Tabela 5

**Custo Médio de Produção e Rentabilidade dos Vinhedos de Viníferas
nos Países do MERCOSUL**

Item	Brasil	Argentina	Uruguai
Receita Bruta (Kg)	0.220	0.210	0.330
Custo Variável (Kg)	0.184	0.141	0.118
Custo Fixo (ha)	0.059	0.043	0.160
Custo Total (ha)	0.243	0.184	0.278
Margem Bruta (ha)	0.036	0.069	0.212
Margem Líquida (ha)	-0.023	0.026	0.052

Fonte: Mattuella, J. e Arede, M. G. (1993). Análise da Vitivinicultura Brasileira - IPEA - Projeto PNUD/BRA/91/014 - Relatório Preliminar

Bibliografia Consultada

1. Comissão Interestadual da Uva: "Estudo do Custo de Produção da Uva Comum: Safra 1990/1991
2. Mattuella, J.L. e Arede, MG. "Análise da vitivinicultura Brasileira - Relatório Preliminar - IPEA/Projeto PNUD/BRA/91/014 - BIRD 2727BR (1993)
3. MERCOSUL, Subgrupo nº 8 "Comercialização da uva de mesa". (1992)
4. UVIBRA, Formação do Preço de Custos do Vinho Brasileiro - (1991)
5. UVIBRA - Diagnóstico do Setor Vitivinícola: agroindústria do vinho; a viticultura. Bento Gonçalves (1991)

O Setor Persícola do Brasil: Alguns Problemas com a Integração no Mercosul

I - Apresentação:

Esta nota tem o objetivo de fazer uma breve análise do setor persícola do Brasil, enfatizando seus aspectos de competitividade em relação a Argentina, bem como os principais obstáculos para uma integração satisfatória do setor ao MERCOSUL.

II - A Produção de Pêssego no Brasil: Vantagens e Desvantagens.

Segundo dados da Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego (1991) a produção nacional de pêssego é da ordem de 110.300 toneladas. Destes, 57% são destinados ao consumo in natura e 43% à industrialização. (tabela 1). A produção concentra-se fundamentalmente na região Sul. Conforme mostra a tabela 1, o estado Rio Grande do Sul detém mais de 60% da produção nacional de pêssegos, em seguida estão os estados de São Paulo e Santa Catarina com 14% e 11,3% da produção nacional, respectivamente.

A concentração da produção deve-se às necessidades específicas do cultivo do pêssego que, por ser cultura perene de clima temperado, encontra as melhores condições edafoclimáticas para ser desenvolvido, nas regiões sul e Sudeste do País.

No Rio Grande do Sul a produção se desenvolve nos municípios de Pelotas, Canguçu, Piratini, São Lourenço do Sul e

Morro Redondo. Esses municípios concentram 64% da produção gaúcha e 97% do pêssego industrializado no País.

O setor industrial do pêssego concentra-se na Região de Pelotas. Esta região possui 26 indústrias com capacidade para industrializar 60.000 toneladas/ano de pêssego. Estas indústrias também processam outras frutas como: morango, aspargo, pepino, figo, abacaxi, abóbora, ervilha, tomate, ameixa e melão. No entanto, a fabricação de compotas de pêssego é a atividade principal dessas indústrias, que chega a empregar cerca de 10.000 pessoas na época da safra.

A produção nacional de pêssegos possui algumas vantagens comparativas em relação aos demais países integrantes do MERCOSUL. Dentre estas, cita-se as seguintes:

1 - No Brasil é possível antecipar a produção de pêssego em relação aos demais integrantes do MERCOSUL, ofertando o produto até 30 dias antes do início de suas safras.

2 - A produção no Sul do País coincide com a entressafra dos países do hemisfério Norte. Observa-se nesses países a tendência de elevação da procura por produtos in natura, o que torna este mercado importante para o Brasil, na medida em que o produto interno adquire qualidade e condições de ser exportado para esses países.

3 - No Brasil já estão sendo desenvolvidos, através de pesquisas, cultivares com características "dupla", isto é, servem tanto para fins industriais como para consumo "in natura"

III - Brasil e Argentina - Custos de Produção de Compotas de Pêssego

Nota-se pelos dados comparativos de custos de produção de compotas de pêssego no Brasil e na Argentina, apresentados na tabela 2, que o Brasil tem vantagens expressivas em relação a Argentina. Enquanto a caixa de 24 latas de pêssego apresenta um custo de US\$ 17,14 (posto na fronteira) para a Argentina, no Brasil custa US\$ 11,748.

Observa-se também que à exceção dos itens açúcar e "rótulo" onde a Argentina apresenta custos inferiores, nos demais itens o Brasil é substancialmente mais competitivo, como exemplo cita-se o preço da matéria-prima pêssego na Argentina que é mais de 40% superior a matéria-prima brasileira.

No entanto, segundo informações contidas em documento da Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego (1991), a Argentina, cujos preços são superiores aos praticados no Brasil (independente dos custos indiretos ou diretos), consegue vender ao Brasil pelo preço de US\$ 13,00 /caixa com 24 latas. Estes dados consubstanciam a prática de "dumping" exercida por esse País o que é lamentável em um contexto de integração como é o caso do MERCOSUL.

IV - Recomendações Políticas para o Setor Persícola.

1 - O crédito para custeio tem que ser sistemático e suficiente para garantir o manejo correto do pamar.

2 - A deficiência hídrica é um dos principais fatores responsáveis pela baixa qualidade e produtividade dos produtos de modo geral. Neste sentido, é de suma importância maiores investimentos em irrigação. Do mesmo modo, investimentos em transportes, telefonia rural e eletrificação rural muito contribuiria para elevar a competitividade do setor, uma vez que as perdas pós colheita seriam reduzidas e o acesso aos mercados seriam mais facilitados.

3 - No Rio Grande do Sul existe carência muito grande de extensão rural. Para cada técnico de extensão rural há 2000 produtores. É necessário que esta relação se eleve a 1/100.

4 - É necessário investimentos em tecnologia de ponta, para o desenvolvimento de cultivares resistentes a pragas e doenças e/ou o seu controle biológico; redução no uso de fertilizantes, etc.

5 - Especificamente para a integração do setor persícola no MERCOSUL, é necessário estabelecer os seguintes mecanismos:

5.1 - Proteção contra prática do dumping;

5.2 - Controle de subsídios claros ou disfarçados;

5.3 - Correção de desníveis cambiais graves;

5.4 - Participação dos produtores de pêssego, através de Associações, Sindicatos e Cooperativas das regiões produtoras, nas comissões de negociação dos países envolvidos quando da fixação de critérios, no grupo técnico, sobre a política agrícola;

5.6 - Equiparação de preços de insumos e custos financeiros, entre os países integrantes do MERCOSUL;

5.7 - Equiparação de impostos nos estados, visando o equilíbrio na concorrência interna;

5.8 - Aprimorar os laboratórios de análises de resíduos, dotando-os de recursos técnicos, materiais e financeiros, de forma a detectar a presença de produtos químicos;

5.9 - Eliminação das diferenças tarifárias e cambiais que conduzem as vantagens comparativas dos produtos importados;

5.10 - Estabelecimento de tarifas aduaneiras uniformes durante o período de oferta de pêssego nos países componentes do MERCOSUL;

5.11 - Adequação dos produtos importados às normas vigentes no País, constantes no Código do Consumidor;

5.12 - Agilização do Ministério da Agricultura, visando o registro de novos produtos químicos pela pesquisa;

5.13 - Linhas de crédito bancário e recursos para financiar a implementação de agroindústrias de pequeno porte na própria zona de cultivo, visando criar novas opções aos pequenos produtores.

Tabela 1

Brasil: Produção de Pêssego por Estado - 1990

	Consumo in natura (t)	Industrialização (t)	Total (t)
Rio Grande do Sul	25,000	44,543	69,543
São Paulo	14,781	1,200	15,981
Santa Catarina	12,000	500	12,500
Paraná	5,600	-	5,600
Minas Gerais	5,676	1,000	6,676
Total	63,057	47,243	110,300

Fonte: Associação Gaucha dos Produtores de Pêssego, EMATER - Jul/91

Tabela 2

Comparativo dos Custos de Produção de Compotas de Pêssego

Insumos	Argentina (US\$)	Brasil (US\$)
Pêssegos	0.27	0.12
Açúcar	0.04	0.05
Lata	0.20	0.20
Rótulo	0.01	0.02
Caixa	0.02	0.02
Combustível	0.02	0.02
Mão-de-obra	0.08	0.06
Total	0.65	0.49
(X 24 latas)	15.64	11.75
Frete à fronteira do Brasil	1.50	-
Total	17.14	11.75

Fonte: Associação Gaucha dos Produtores de Pêssego, EMATER

Bibliografia Cunsultada

1 - Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas; Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Município de Canguçu; EMATER/Pelotas e EMBRAPA/CNPFT - Proposta do Setor Persícola para Integração do MERCOSUL.

2 - Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimenticias - Importação de Pêssego: Subsídios e dumping - Pelotas, 1992, 7p.

3 - Sindicato da Indústria de Doces e Conservas alimenticias - Importação de Pêssego: Produção industrialização, conservação - Pelotas, 1991 4p.

SETOR DE ALHO E CEBOLA: Aspectos de competitividade do Brasil no Mercosul

I - Apresentação

O Brasil, maior produtor de alho e cebola da América do Sul, é responsável por cerca de 60% da produção do Mercosul. Mesmo assim, necessita recorrer constantemente à importação, sobretudo de alho, para atender a demanda interna.

Com objetivo de apresentar alguns aspectos de competitividade do Brasil e Argentina no setor de alho e cebola no novo cenário de integração do Mercosul, realiza-se breve análise da produção desses setores nos dois países e a comparação dos custos de produção, mostrando a superioridade competitiva da Argentina nesses setores em relação ao Brasil.

Destacam-se também recomendações de políticas para setor do alho e cebola visando a integração regional.

II - Produção de alho e cebola no Brasil e na Argentina

1. Alho

A Província de Mendoza é a principal área produtora de alho na Argentina, responsável por 50% da produção total, em 87/88. Predomina nesta área o cultivo de alho colorado, que se

destina prioritariamente para exportação, sendo o Brasil o seu principal importador.

O rendimento médio alcançado na Argentina é o maior do Mercosul (5,0kg/ha em 1989), embora inferior ao do Chile, um dos principais produtores da América do Sul, como pode ser observado na tabela 1.

O Brasil destaca-se como principal produtor de alho no Mercosul e na América do Sul, entretanto sua produtividade média é inferior à obtida na Argentina, Bolívia, Chile e Peru, que chegam a atingir rendimentos superiores a 5.000kg/ha.

TABELA 1

ALHO - Área, Produção e Rendimento Médio na América do Sul - 1989.

PAÍSES	ÁREA (1000ha)	%	PRODUÇÃO (1000t)	%	RENDIMENTO (kg/ha)
ARGENTINA	8,0	22,9	40,0	24,0	5.000
BRASIL	14,0	40,0	60,0	36,0	4.320
PARAGUAI	1,0	2,9	1,7	1,0	1.727
URUGUAI	1,0	2,9	2,4	1,4	2.445
MERCOSUL	24,0	68,7	104,0	62,4	4.333
BOLÍVIA	1,6	2,9	10,0	6,0	6.291
CHILE	4,0	11,4	21,6	13,0	5.429
EQUADOR	1,0	2,9	3,0	1,8	3.000
PERU	3,0	8,6	18,0	11,0	6.000
VENEZUELA	2,0	5,7	9,6	5,8	4.867
AMÉRICA DO SUL	35,0	100,0	166,0	100,0	4.742

Fonte: Production Yearbook - 1989

As principais regiões brasileiras produtoras de alho comum são Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, e as áreas cultivadas com alho nobre concentram-se na Região Sul. Em 1990, esta região participou com 49% da produção brasileira (74 mil toneladas brutas), o Sudeste com 32% e o restante ficou por conta das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Santa Catarina sobressai-se como o principal estado produtor, com maior área de plantio e produtividade média, e também como o que produz o melhor alho nacional (nobre). O alho nobre de Santa Catarina alcança preços de mercado superiores aos alhos importados da Argentina.

Embora a produção nacional de alho seja suficiente para atender a demanda interna, a qualidade do alho comum do Brasil é baixa. Por isso, necessita-se de importação para complementar a oferta. A Argentina destaca-se como o principal exportador do produto para o Brasil. O produto importado, na sua maior parte, é do tipo "colorado", que atende as preferências de sabor e tamanho do consumidor brasileiro.

Apresenta-se, abaixo, quadro comparativo sobre o setor do alho do Brasil e da Argentina que demonstra as vantagens deste último país.

- QUADRO 1 -

ITENS	BRASIL	ARGENTINA
Área destinada a plantio de alho	15.000 ha-média do período 85/89	7.000 ha (86/89)
Rendimentos médios de alho período similar	4,1 t/ha	5,47t/ha (na região de Mendoza: 9t/ha)
Destino da produção	Mercado interno	Mercado interno e externo
Principais zonas de produção de alho	RGS, SC e MG (utilizam irrigação por aspersão)	Províncias de Buenos Aires, Mendoza, San Juan e Córdoba
Tipos de produtor de alho	<ul style="list-style-type: none"> - Predomínio de pequenos produtores com: - menor nível de tecnologia; equipados de tração animal e mão-de-obra familiar com infra-estrutura mínima. - as variedades cultivadas são de menor qualidade, com sabor menos pronunciado, menor tamanho e piores condições fitossanitárias 	<ul style="list-style-type: none"> - Pequenos produtores com maior nível tecnológico - Melhores variedades e condições fitossanitárias adequadas às exigências do mercado externo
Oferta de alho	Produção mais importação onde predomina o alho "colorado"	Produção interna
Perspectivas da produção e consumo de alho e cebola de 1991 a 2002 (diagnóstico realizado em jun/90 - Brasil e OEA)	<p>ALHO - Deverá recorrer à compra externa p/satisfazer a demanda interna:</p> <p>PRODUÇÃO EM 2002: 81.000 t; CONSUMO: EM 2002: 90.000 t; DÉFICIT EM 2002: 9.000 t;</p> <p>CEBOLA - Perspectiva de auto-abastecimento crescente</p>	
Importação de alho	<p>ALHO FRESCO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Observa-se participação crescente da Argentina nas importações brasileiras de <u>alho fresco</u> - 88% em 1989. <p>ALHO EM PÓ</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação instável da Argentina importações brasileiras: . 56% em 1986 (16t) . 15% em 1987 (3t) . 100% em 1988 (25t). 	<p>ALHO FRESCO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Principais competidores nas exportações argentinas para Brasil de <u>alho fresco</u>: Espanha e Chile. - Variabilidade nos preços médios oferecidos pela Argentina para o Brasil: . 1,73 US\$/kg em 1986; . 0,56 US\$/kg em 1988. <p>ALHO EM PÓ</p> <p>Principais competidores são Espanha e Alemanha, pois possuem alhos desidratados de alta qualidade.</p>

2 - CEBOLA

Na América do Sul, o Brasil é o principal produtor, participando com mais de 35% da produção. Porém, com relação à Argentina, o rendimento nacional chega a ser 50% inferior.

Cebola - Área, Produção e Rendimento Médio na América do Sul e Mercosul - 1989

TABELA 2

PAÍSES	ÁREA (1000ha)	PRODUÇÃO (1000t)	RENDIMENTO MÉDIO (1000kg/ha)
ARGENTINA	20	410	20,5
BRASIL	74	785	10,5
PARAGUAI	7	55	7,8
URUGUAI	3	22	7,3
SUBTOTAL MERCOSUL	104	1.272	12,2
BOLÍVIA	7	38	5,4
CHILE	9	250	27,7
COLÔMBIA	22	473	21,5
URUGUAI	3	22	7,3
VENEZUELA	4	58	14,5
TOTAL A.SUL	151	2.113	14,8

Fonte: Production Yearbook - 1989

No Brasil entre 1975 e 1990, observou-se aumento de 147% na produção, 40% na área cultivada e por volta de 76% no rendimento. O Sul é a principal Região produtora do país, onde se concentra mais da metade da produção brasileira.

Em anexo, apresentam-se os aspectos da cebolicultura nacional nos principais estados produtores.

Durante o período de 79 a 89, o Brasil praticamente deixou de realizar importações, mas, após 1989, voltou a recorrer às importações, mesmo tendo tido uma safra suficiente para atender o mercado interno. Este fato ocorreu porque os preços oferecidos pela Argentina foram excepcionais e houve facilidades concedidas por este país.

Em relação à Argentina, as suas principais zonas de produção são as seguintes: a) província de Buenos Aires, que concentra 24% da produção de cebola (safra 87/88); b) San Juan e Santiago del Estero, que concentram 37% do total da produção; c) Província de Mendoza, que participa com 19% da produção nacional.

As exportações Argentinas de cebola alcançaram em 1990 o pico na sua evolução (21 mil toneladas), ocorrendo um incremento de 400% em relação ao ano anterior.

Os principais compradores do produto argentino são Brasil (46%), Uruguai e Alemanha e Países Baixos. Observou-se que os preços da cebola argentina vendida para Europa são superiores aos oferecidos para o Brasil e Uruguai. O subgrupo nº 8, em seu diagnóstico da cebola, alerta para este fato, ou seja, as diferenças do preço do produto argentino em função do país comprador.

Com base na análise de custos realizada no item 2 deste trabalho e das vantagens argentinas evidenciadas na análise, conclui-se que, possivelmente, com a integração econômica, o produtor argentino terá estímulo para expandir a área de plantio de alho e cebola em face da dimensão em potencial do Cone Sul. Portanto, as perspectivas das exportações argentinas são positivas, pois há vantagens comparativas em fatores climáticos e agronômicos. Além disso, o alho cultivado é de boa qualidade.

III - Análise comparativa dos custos de produção do alho e da cebola.

1 - ALHO

As informações de custos dos países-membros do Mercosul contidas nos trabalhos disponíveis na "Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial" são divergentes, em função das diferentes fontes e períodos de coleta de dados e diferenças nas metodologias.

Apresentam-se duas tabelas de custos de produção de cebola e alho do trabalho do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (tabela 3).

Observa-se que o custo de produção de alho argentino é inferior ao do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no Brasil e superior ao do Paraguai - país que possui o menor rendimento (1,9t/ha) em comparação com os outros integrantes do Mercosul.

O custo de produção do Rio Grande do Sul é o que mais se aproxima do argentino, mesmo assim a vantagem para o último país é de aproximadamente 22%. Com relação a Santa Catarina, esta vantagem chega a ser de 42%.

Constata-se que a carga tributária incidente no produto na Argentina é inferior à brasileira, apresentando uma pequena vantagem para Argentina

Com a comparação dos custos da Argentina e Santa Catarina, onde predomina a produção de alho nobre, evidencia-se que os gastos com insumos e máquinas e implementos nesse estado são bem superiores aos argentinos. A explicação para a diferença nos gastos de insumos está na fertilidade natural dos solos argentinos, que exige menor quantidade de insumos para produção de alho com nível superior de rendimento.

Os custos de máquinas e implementos de Santa Catarina superam em 495,4% os da Argentina. Esta diferença decorre principalmente do tipo de irrigação realizada em Santa Catarina, ou seja, por aspersão, enquanto na Argentina é por gravidade. As despesas com combustíveis e máquinas e sua manutenção são, portanto, bem superiores em Santa Catarina.

A diferença de produtividade entre Brasil (5,5 a 6,0 t/ha) e Argentina (8,0t/ha) deve-se a existência de fatores climáticos específicos na Argentina, como o "fotoperíodo", que permitiram a introdução e melhoramento genético de cultivares mais

produtivos. No caso brasileiro, o cultivo de alho é realizado com variedades menos produtivas e de recente adaptação, logo o setor do alho argentino é e será o maior beneficiado da integração econômica do MERCOSUL, principalmente o alho colorado.

2 - Cebola

O quadro comparativo de custos de produção e incidência tributária na produção de cebola dos países-membros do Mercosul (tabela 4) mostra que Argentina tem superioridade em termos de rendimento no Cone Sul.

Ao se considerar o custo de produção argentino, baseando-se no rendimento médio de 35t/ha, constata-se uma vantagem para este país em média de 50% em relação aos custos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em tese, o Estado de Santa Catarina é o que melhor representa o setor no Brasil "e cujo produto apresenta as maiores semelhanças com o produto importado da Argentina", porém os seus custos não têm diferenças expressivas em relação ao do Rio Grande do Sul (tabela 4).

A comparação do custo de produção de Santa Catarina com o custo médio da Argentina, mostra que os gastos com insumos em Santa Catarina superam os da Argentina em 104% e os com máquinas e equipamentos, em 158%.

As razões para tais diferenças de produtividade média entre Argentina e Brasil refletidas nos custos são as seguintes: a) as condições naturais e a especialização dos produtores conferem ao agricultor argentino uma eficiência superior ao brasileiro; b) a utilização de insumos modernos como fertilizantes são bem menores por parte do argentino; c) a profundidade dos solos e os níveis de fertilidade natural dos mesmos são propícios ao cultivo; d) a irrigação, praticamente na sua totalidade, é feita por gravidade, indicando menores despesas com máquinas e equipamentos (inclusas despesas de manutenção, de combustível e etc.); e) o clima seco inibe o desenvolvimento de doenças e pragas, sendo também fator decisivo a um dispêndio menor de recursos para a condução das lavouras.

Segundo o trabalho Mercosul: Tributação e Custos na Agropecuária (1992), o peso dos impostos incidentes no custo de produção da cebola brasileira (média Santa Catarina e Rio Grande do Sul) é de aproximadamente 20%, enquanto no da cebola Argentina é de 8%.

Certamente, o Rio Grande do Sul sofrerá o maior impacto com a integração do Brasil no Mercosul, uma vez que a cultura da cebola neste estado encontra-se decadente: áreas médias de plantio inferior a 1 ha, predominando produtores tradicionais e inexistência de infra-estrutura de energia elétrica, estradas e irrigação.

As vantagens comparativas aqui expostas com relação aos custos são suficientes para demonstrar a superioridade da Argentina neste setor no Mercosul.

Apesar da análise da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina (SAGYP) sinalizar que o destino das exportações de cebola no futuro será para zonas externas do Mercosul (CEE e Ásia) e que a integração comercial do Mercosul não significa uma modificação da situação atual do setor na Argentina, o Brasil precisa avaliar os efeitos da integração do setor e estimular o produtor nacional para ser competitivo na região do Cone sul.

Caso o Brasil mantenha a tendência do auto-abastecimento, as possibilidades de o produto argentino entrar no país de forma massiva diminuem.

IV - Recomendações

Apresentam-se, a seguir, as principais recomendações contidas nos trabalhos disponíveis na base de dados Mercosul:

Alho

1 - É imprescindível a adoção de políticas imediatas para uma integração sem traumas para os produtores brasileiros de alho e benéfica para os membros do Mercosul. As principais medidas a serem operacionizadas no curto prazo são:

1.1 - controle de práticas desleais do comércio, correção dos desníveis cambiais, manutenção da alíquota vigente e da cláusula de salvaguarda para internacionalização do alho até 1995 e revisão das margens de preferência outorgada pelo Brasil para a importação de alho aos membros do Mercosul, devido à inexistência de quotas atualmente.

2 - As ações de médio prazo que devem ser realizadas por instituições públicas e privadas.

2.1 - cabe aos órgãos de pesquisa direcionar os trabalhos para tecnologias poupadoras de insumos e adequar a difusão dessas tecnologias aos pequenos proprietários;

2.2 - aos órgãos de fiscalização cabe realizar eficiente e efetiva fiscalização dos produtos a serem importados para que cumpram exigências sanitárias, normas de classificação, padronização e os direitos dos consumidores em vigor;

3 - Para evitar desvantagens do alho nacional, é preciso uma equalização dos tributos, compatibilizando-se as taxações tanto do produto nacional, como do importado

Cebola

As recomendações a seguir são do diagnóstico da cebola realizado pelo subgrupo nº 8 do Mercosul - Delegação Brasileira

1 - Promoção de ações de caráter emergencial, por parte do Governo Federal, Estadual e Municipal, para organizar definitivamente o setor da cebolicultura.

2 - Revisão do sistema tributário brasileiro: eliminação da incidência de impostos diversos; unificação da legislação referente ao uso de agrotóxicos segundo aos padrões da Organização Mundial de Saúde - OMS; uniformização das normas de fiscalização sanitária e dos padrões de classificação dos produtos em nível de comércio; manutenção da alíquota vigente de importação em todos os meses.

3 - Área de pesquisa

3.1 - Direcionar os trabalhos nas áreas de irrigação, tratamento de pós-colheita, utilização de tecnologias poupadoras de insumos, redução de perdas na produção, desenvolvimento de variedades resistentes a doenças e ao armazenamento e criação de variedades adequadas para utilização pela agroindústria.

3.2 - Rever estudos que selecionam os cultivares de ciclo precoce e tardio para o abastecimento em épocas de menor oferta.

3.3 - Adequar estudos sobre tipos de armazéns mais eficientes à guarda da cebola.

3.4 - Ensaiar calibração (colagem e adubação) para todas as regiões produtoras.

3.5 - Difundir as recomendações das pesquisas para os produtores rurais de forma metódica e com frequência.

4 - Ao Governo cabe:

4.1 - Concluir obras inacabadas de sua responsabilidade, por exemplo, rodovias para facilitar o escoamento da produção.

4.2 - Investir em projetos sociais: construção de escolas, hospitais, telefonia e eletricidade rural.

4.3 - Proporcionar extensão rural eficiente voltada ao pequeno produtor para mudar sua mentalidade.

4.4 - Definir política agrícola para o setor, alocando recursos suficientes e oportunos para cada região específica.

4.5 - Prover estudos para estímulo das exportações de cebola (créditos e isenções para tais operações).

4.6 - Estimular a construção de agroindústrias junto aos municípios produtores, com a criação de incentivos fiscais.

4.7 - Proporcionar a criação de mercados do produtor com adequado fornecimento de informações de mercado agrícola.

4.8 - Estimular o associativismo e o cooperativismo.

4.9 - Criar novas formas de comercialização, por exemplo, leilões.

4.10 - Proporcionar um perfeito entrosamento entre produtores do ramo, técnicos ligados ao setor, sindicato de trabalhadores, prefeituras municipais e membros de comunidade para uma ampla discussão das proposições sobre o Mercosul, para que estes segmentos estejam envolvidos no planejamento da produção, comercialização e industrialização da cebola.

Tabela 3

Custos de Produção e Incidência Tributária na Produção de uma tonelada de Alho nos Estados – Partes do MERCOSUL

Itens de Custo	Brasil		Argentina	Paraguai	Uruguai	Brasil		Argentina	Paraguai	Uruguai
	SC	RS				SC	RS			
	5,5 t/ha US\$	6,0 t/ha US\$	8,0 t/ha US\$	1,9 t/ha US\$	7,0 t/ha US\$	5,5 t/ha %	6,0 t/ha %	8,0 t/ha %	1,9 t/ha %	7,0 t/ha %
Custos Incluindo Impostos										
. Insumos	378.26	289.95	175.74	31.06	225.58	52.67	54.36	41.33	8.65	53.06
. Maquinas e Implementos	112.04	21.94	18.85	9.57	14.75	15.60	4.11	4.43	2.66	3.47
. Mão-de-obra	199.30	201.06	170.01	261.18	176.73	27.75	37.69	39.99	72.72	41.57
- Permanente										
- Temporário										
. Custo Financeiro	13.48	19.57	24.88	24.45		1.88	3.67	5.85	6.81	
. Depreciação	14.34		28.58		7.62	2.00		6.72		1.79
. Seguros			5.40	30.18				1.27	8.40	
. Imposto sobre a terra	0.80	0.87	1.72	2.71	0.44					
Custo Total	718.22	533.39	425.18	359.15	425.12	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Impostos e Contribuições										
. Sobre bens e serviços	46.65	6.84	11.86	2.06	4.94	6.50	1.28	2.79	0.57	1.16
. Sobre salários	70.93	71.55	58.65	70.44	53.02	9.88	13.41	13.79	19.61	12.47
. Sobre a terra	0.80	0.87	1.72	2.71	0.44	0.11	0.16	0.40	0.75	0.10
Total de Impostos	118.38	79.26	72.23	75.21	58.40	16.48	14.86	16.99	20.94	13.74
Custos Sem Impostos	599.84	454.13	352.95	283.94	366.72					

Fonte: IPARDES

Tabela 4

Custos de Produção e Incidência Tributária na Produção de uma tonelada de Cebola nos Estados – Partes do MERCOSUL

Itens de Custo	Brasil		Argentina		Paraguai		Brasil		Argentina		Paraguai	
	SC	RS	20 t/ha	35 t/ha	5,5 t/ha	SC	RS	20 t/ha	35 t/ha	5,5 t/ha	SC	RS
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	%	%	%	%	%	%	%
Custos Incluindo Impostos												
.Insumos	32.75	50.95	18.42	13.71	36.64	32.11	45.93	29.77	23.23	24.99		
.Maquinas e Implementos	16.18	20.72	8.21	4.31	2.62	15.86	18.68	13.27	7.30	1.79		
.Mão-de-obra	42.12	33.75	32.38	27.36	84.75	41.29	30.43	52.33	46.36	57.81		
-Permanente				9.51					16.11			
-Temporário				17.85					30.24			
.Custo Financeiro	4.98	4.58		5.69	12.40	4.88	4.13		9.64	8.46		
.Depreciação	5.11		2.54	6.53		5.01		4.10	11.06			
.Seguros				1.23	10.18				2.08	6.94		
.Imposto sobre a terra	0.86	0.92	0.33	0.19		0.84	0.83	0.53	0.32			
Custo Total	102.00	110.92	61.88	59.02	146.59	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Impostos e Contribuições												
.Sobre bens e serviços	6.68	6.01	2.05	1.08	2.14	6.55	5.42	3.31	1.83	1.46		
.Sobre salários	14.99	12.01	11.17	3.28	22.86	14.70	10.83	18.05	5.56	15.59		
.Sobre a terra	0.86	0.92	0.33	0.19	2.71	0.84	0.83	0.53	0.32	1.85		
Total de Impostos	22.53	18.94	13.55	4.55	27.71	22.09	17.08	21.90	7.71	18.90		
Custos Sem Impostos	79.47	91.98	48.33	54.47	118.88							

Fonte: IPARDES

Quadro Sintético dos principais aspectos da cebolicultura nacional

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	PRINCIPAIS MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS PRODUTORES	VARIEDADES UTILIZADAS	OBSERVAÇÕES
SÃO PAULO	- Microrregiões: Paranapiacaba, Sorocaba, Serra do Jaboticabal e Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista. - Municípios: Piedade, Monte Alto, São José do Rio Pardo, Lavínia e Mirandópolis	- Baías (origem gaúcha) e híbridos Granex (Importados).	- Até 1989 era o primeiro produtor do país - Sua participação na produção nacional é de 32%.
SANTA CATARINA	- Microrregiões: Litoral Sul, Catarinense, Colonial Serrana e Colonial Alto do Itajaí. - Municípios: Itaporanga, Alfredo Wagner, Rio do Sul, Lontras, Aurora e Petrolândia.	- Criolas, baías, jubileu, bola precoce e pera norte	- Em 1990, Santa Catarina ultrapassou o Estado de São Paulo, tradicional ocupante da liderança na produção de cebola no Brasil. - Santa Catarina, com 32,5% do total de cebola produzidas.
RIO GRANDE DO SUL	- Microrregiões Lagoa dos Patos, Litoral Oriental da Lagoa dos Patos, Porto Alegre e Vinicultura de Caxias do Sul. - Municípios: São José do Norte, Mostardas, Tavares, Rio Grande e Pelotas.	- Baía (local), periforme, norte 14, jubileu e pera norte.	- É o terceiro produtor, tendo contribuído em 90 com mais de 13% da produção nacional.
PERNAMBUCO	- Microrregiões: Baixo médio São Francisco, Salgueiro, Sertão Pernambucano do São Francisco. - Municípios: Petrolina, Cabrobó, Belém do São Francisco, Santa Maria da Boa Vista, Itacuruba, Salgueiro e Parnamirim	Texa grana 502, baía e ipas.	Foi grande produtor nacional. Atualmente, ocupa o 5º lugar. Participa com pouco mais de 5% da produção nacional. Em função da inundação de grandes áreas de plantio, os produtores migraram para a Bahia ou foram assentados em projetos da CODEVASF.

Quadro Sintético dos principais aspectos da cebolicultura nacional

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	PRINCIPAIS MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS PRODUTORES	VARIEDADES UTILIZADAS	OBSERVAÇÕES
PARANÁ	- Municípios: Ponta Grossa, União da Vitória e Curitiba	- Baía, Periforme e Criola.	Ocupa o 6º, lugar e sua participação não chega a 5% na produção nacional.
BAHIA	- Microrregiões: Corredeiras do São Francisco, Baixo e Médio São Francisco. - Municípios: Juazeiro, Xique-Xique, Casa Nova, Curaça e Remanso.	- Baía, periforme e IPAs (nacionais) e texas grano 502.	Passou da 6ª para a 4ª colocação e contribui com 11% da produção nacional.

v - Bibliografia

- 1 - CEPA/RS - PRODUTO, alho: Diagnóstico da cultura do alho, Rio Grande do Sul Brasil, 1992
- 2 - Subgrupo nº 8 do Mercosul - Delegação Brasileira, 1990 - Alho - Diagnóstico: Versão Preliminar para discussão
- 3 - Subgrupo nº 8 do Mercosul - Delegação brasileira, 1991 - Diagnóstico da cebola: versão preliminar para discussão
- 4 - IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. MERCOSUL: Tributação e Custos na Agropecuária. Curitiba, 1992.
- 5 - SAGYP - Secretaria de Agricultura, Ganaderia y Pesca. Dir. Economía Agrária y Assuntos Internacionales. Economía del ajo y la cebolla en el contexto del MERCOSUR. Buenos Aires, 1992.